

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO (DCHE)
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

GRACI MARIELI VIEIRA DE ARRUDA

**UMA ANÁLISE FREIREANA SOBRE A FORMAÇÃO DO SUJEITO PELA
PRÁTICA DE ENSINO REALIZADA NO LABORATÓRIO DE DIREITOS
HUMANOS DO MOVIMENTO POPULAR PRÁXIS DE TATUÍ –SP**

SOROCABA

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO (DCHE)
/CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

GRACI MARIELI VIEIRA DE ARRUDA

**UMA ANÁLISE FREIREANA SOBRE A FORMAÇÃO DO SUJEITO PELA
PRÁTICA DE ENSINO REALIZADA NO LABORATÓRIO DE DIREITOS
HUMANOS DO MOVIMENTO POPULAR PRÁXIS DE TATUÍ –SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de São Carlos- *campus*
Sorocaba- do Curso de Pedagogia, do Centro
Ciências Humanas e Biológicas como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
pedagoga.

Orientador: Prof. Dr. **Antonio Fernando Gouvêa da Silva**

Co-orientação: Profa. Ma. **Clarissa Suelen Oliveira**

SOROCABA

2021

Vieira de Arruda, Graci Marieli

Uma análise freireana sobre a formação do sujeito pela prática de ensino realizada no laboratório de direitos humanos do Movimento Popular Práxis de Tatuí -SP / Graci Marieli Vieira de Arruda / Graci Marieli Vieira de Arruda -- 2021.

84f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Antonio Fernando Gouvêa da Silva e

Coorientação: Clarissa Suelen Oliveira

Banca Examinadora: Elis Laura Pinto Rieger Hippler,

Lídice Tiede Fraga

Bibliografia

1. Práxis autêntica. 2. Conceitos marxistas. 3. Formação do sujeito. I. Vieira de Arruda, Graci Marieli. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

FOLHA DE APROVAÇÃO

GRACI MARIELI VIEIRA DE ARRUDA

UMA ANÁLISE FREIREANA SOBRE A FORMAÇÃO DO SUJEITO PELA PRÁTICA DE
ENSINO REALIZADA NO LABORATÓRIO DE DIREITO HUMANOS DO MOVIMENTO
POPULAR PRÁXIS DE TATUÍ – SP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Sorocaba, 08 de janeiro de 2021.

Orientador



Prof.º Dr.º Antonio Fernando Gouvêa da Silva

Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

Coorientadora



Prof.ª M.ª Clarissa Suelen Oliveira

Titulada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Univ. Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

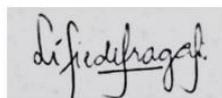
Examinadora



M.ª Elis Laura Pinto Rieger Hippler

Titulada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Univ. Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

Examinadora



M.ª Lídice Tiede Fraga

Titulada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Univ. Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

Dedicatória: *Dedico este trabalho especialmente a minha mãe, minhas irmãs e ao meu irmão, mostrando assim que é possível quebrar padrões, ao meu companheiro que sempre acreditou na minha capacidade e ao meu sogro que me ajudou como um pai.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me ajudaram a trilhar o caminho na vida acadêmica, aos professores e professoras que me inspiraram ao longo desses anos, as minhas companheiras Daniele, Gisele, Poliane, Tacia e Tacyla, que sempre estiveram do meu lado nos piores e melhores momentos dessa trajetória. Aos que me ajudaram financeiramente nos momentos mais difíceis, ao Carlos Alexandre que sempre me incentivou a estudar, a nunca desistir e que torna a minha vida mais feliz, ao pai dele José Carlos Soares que cuidou de mim como um pai todos esses anos de graduação. A minha família, minha mãe Maria Lúcia, minhas irmãs Caroline e Letícia e ao meu irmão Júnior, que me inspiraram a estudar para mostrar que é possível romper padrões. Ao Movimento Popular Práxis que abriu as portas para a realização desta pesquisa. E por fim ao meu orientador, o grande, Gouvêa e a minha co-orientadora Clarissa, que tiveram paciência e me orientaram durante a construção deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho visa contribuir para uma análise freireana sobre a prática de ensino não escolar de uma liderança revolucionária diante da categoria de práxis autêntica, partindo de uma realidade concreta. Está é uma pesquisa qualitativa que discute a temática a partir de uma perspectiva freireana, o objeto de estudo é o Laboratório de Direitos Humanos (LDH) do Movimento Popular Práxis, especificamente em relação a prática de ensino não escolar. O objetivo proposto é investigar a prática formativa dos sujeitos perante a categoria de práxis autêntica e para isso a fundamentação teórica foi embasada em Paulo Freire, Karl Marx, Enrique Dussel, Sergio Lessa e Ivo Tonet. A principal inquietação desta pesquisa se resume a seguinte questão: Em que medida a prática do grupo LDH implementada por esse Movimento Social adota parâmetros freireanos para realizar a formação do sujeito? Foram realizadas coleta de material para análise do Movimento Popular Práxis, observação participante durante os encontros do Laboratório de Direitos Humanos, entrevista semiestruturada e estudo de caso. O processo de escolha da categoria de análise foi embasado nas obras de Paulo Freire, articulado a alguns conceitos do pensamento marxista. A análise nos fez ver que o LDH realiza uma prática de ensino pautado na categoria de práxis autêntica de acordo com parâmetros freireanos durante o processo de construção de diálogo, em que existe uma troca de saberes entre a união da teoria e prática, resulta em um desenvolvimento coletivo de conscientização e futuras ações para a superação da contradição denunciada através do diálogo realizado durante os encontros.

Palavras-chave: Práxis autêntica, conceitos marxistas e formação do sujeito.

ABSTRACT

The present work aims to contribute to a Freire analysis on the practice of non-school teaching of a revolutionary leadership in the face of the category of authentic praxis, starting from a concrete reality. This is a qualitative research that discusses the theme from a Freirean perspective, the object of study is the Human Rights Laboratory (LDH) of the Popular Praxis Movement, specifically in relation to the practice of non-school teaching. The proposed objective is to investigate the subjects' formative practice before the category of authentic praxis and for that the theoretical foundation was based on Paulo Freire, Karl Marx, Enrique Dussel, Sergio Lessa and Ivo Tonet. The main concern of this research is summarized in the following question: To what extent does the LDH group practice implemented by this Social Movement adopt Freirian parameters to carry out the formation of the subject? Material was collected for analysis by the Popular Praxis Movement, participant observation during the meetings of the Human Rights Laboratory, semi-structured interviews and case study. The process of choosing the analysis category was based on the works of Paulo Freire, linked to some concepts of Marxist thought. The analysis made us see that the LDH carries out a teaching practice based on the category of authentic praxis according to Freirean parameters during the process of dialogue construction, in which there is an exchange of knowledge between the union of theory and practice, resulting in a collective development of awareness and future actions to overcome the contradiction denounced through the dialogue carried out during the meetings.

Keywords: Authentic praxis, Marxist concepts and subject formation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPP - Associação dos Amigos do Movimento Popular Práxis

ICA - Instituto Cultural Amadeus

LDH – Laboratório de Direitos Humanos

MPP – Movimento Popular Práxis

NFRR - Núcleo Feminista Rosas da Revolução

PT - Partido dos Trabalhadores

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E PERSPECTIVA DO MOVIMENTO POPULAR PRÁXIS DE TATUÍ	14
CAPÍTULO 2: CONCEITO DE SUJEITO A PARTIR DE MARX E DA PEDAGOGIA FREIREANA.....	21
2.1 Conceito de alienação e dialogo	26
2.2 Conceito de práxis como processo de transformação da realidade	35
2.3 Conceito de conscientização para humanização.....	41
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	48
CAPÍTULO 4: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO LDH DO MPP	51
4.1 Laboratório de direitos humanos mês de agosto.....	53
4.2 Laboratório de direitos humanos mês de setembro	57
4.3 Laboratório de direitos humanos mês de outubro.....	65
4.4 Laboratório de direito humanos mês de novembro	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXO - A	76
ANEXO-B	80

INTRODUÇÃO

Inicialmente proponho contar sobre a minha trajetória acadêmica e como cheguei ao tema discutido. Nasci na cidade de Tatuí – SP e sempre estudei em escola pública. Quando ingressei no ensino médio comecei a trabalhar no comércio e, após me formar, procurei cursos técnicos de administração e informática. Em seguida, ingressei no curso de graduação em hotelaria, mas, por conta da rotina de trabalho, a mensalidade da faculdade e da mensalidade do transporte universitário desisti no segundo semestre. Depois disso, me distanciei dos estudos, mas sentia vontade de estudar e aprender. Assim, conheci um grupo de amigos que em conversas informais me ensinaram sobre várias coisas das quais nem sabia que existia, todos estudavam em Universidades Federais e me ajudaram a realizar o Enem, a inscrição no SISU e a partir disso consegui ingressar no curso de Pedagogia.

Desta maneira, fiquei muito interessada no ensino não escolar, na maneira como as pessoas compartilham conhecimentos e na potência desses diálogos. Ao viajar todos os dias de Tatuí para Sorocaba, por intermédio das conversas informais dentro do transporte universitário, ouvi falar sobre o Movimento Popular Práxis (MPP) e sobre as atividades que realizavam. No entanto não tive a oportunidade de conhecê-los pessoalmente pela rotina de trabalho, estudo e estágios. Porém, no último ano da graduação resolvi ir conhecer o Laboratório de Direitos Humanos (LDH) e, ao me deparar com várias atividades informais, resolvi, com o meu orientador, que iríamos realizar o trabalho de conclusão de curso com o MPP.

Logo a problemática desta pesquisa foi desenvolvida a partir do fato que o MPP de Tatuí-SP se compromete com a prática formativa, que busca desenvolver a formação de sujeitos numa perspectiva do materialismo histórico dialético, pois ao descreverem sobre a origem do nome que escolheram para o movimento é visto que se orientam através da literatura marxista, sendo que,

A ideia do nome Práxis foi originada a partir do significado da própria palavra na literatura marxista, de você estar como sujeito na história em um processo de dialética entre conhecimento e a prática. "Práxis" é um termo do filósofo, sociólogo e jornalista Karl Marx, e significa a conciliação da prática e da teoria em prol a efetividade. É um conceito filosófico que entende o homem como objeto e autor da sua própria história. Não devemos meramente nos subjugar aos contextos históricos, uma vez que somos capazes de modifica-los. É nosso dever participar, opinar, fazer parte da grande caminhada da humanidade (O que é o movimento popular práxis? Tatuí - SP, 30 jun. 2019).

Um dos autores que propõem formas de realizar pedagogicamente a formação dos sujeitos, à luz de Marx, é Paulo Freire. Portanto, a pergunta central que norteará o presente trabalho é: Em que medida a prática do grupo LDH implementada por esse Movimento Social adota parâmetros freireanos para realizar a formação do sujeito?

Inicialmente, a pesquisa se iniciou pela busca de conhecimento sobre o MPP, na qual a história do MPP foi fundamentada em uma entrevista realizada com o vereador que mantém o movimento ativo e também em registros realizados pelo MPP nas redes sociais. Seguindo para a descrição das observações feitas nos encontros realizados no LDH, buscando assim investigar se existe a realização da categoria de práxis autêntica fundamentada em Freire (1987). A pesquisa se deu pelo exame do material coletado, pela análise de documentos, entrevista semiestruturada e pela observação do LDH.

A vista disso, este trabalho buscou analisar diante da categoria de práxis autêntica preconizada por Paulo Freire (1987) a prática formativa dos sujeitos realizada pelo LDH. Como objetivo geral será investigado sobre a prática formativa do MPP e como objetivos específicos está analisando sobre as observações das reuniões realizadas pelo LDH, como também, na entrevista sobre a história do MPP.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. O 1º aborda uma contextualização do MPP e a descrição dos processos que concernem o desenvolvimento e dinâmicas realizadas pelo movimento, a história e perspectiva, sua origem, uma síntese da fundamentação teórica de seus fundadores, a descrição de algumas das atividades que realizaram ao longo de sua construção, assim como quais grupos fazem parte da constituição do movimento, como foi realizado o envolvimento com partidos políticos, exposição da organização interna e algumas características.

O 2º capítulo trata da fundamentação teórica para a análise dos dados coletados, sobre o conceito de sujeito a partir de Marx articulados a pedagogia freireana, visto o MPP através do LDH busca realizar uma formação do sujeito numa perspectiva do materialismo histórico dialético. Assim foi pontuado a construção histórica do sujeito, seguindo para o primeiro subtópico, que apresenta o conceito de alienação e diálogo que busca compreender sobre quais condicionamentos estão dominados os sujeitos na sociedade capitalista e qual ferramenta pode ser utilizada para a superação destes condicionamentos. Para então desenvolver um estudo sobre o processo de transformação da realidade através da práxis autêntica, desenvolvendo o próximo subtópico sobre práxis como processo de transformação, para trabalharmos enfim com os conceitos de conscientização para a humanização de um sistema perverso.

O 3º capítulo diz respeito a metodologia desta pesquisa que parte de uma abordagem qualitativa, em que as ferramentas utilizadas para a coleta de materiais foram o estudo de caso, a observação participante e entrevista semiestruturada, para realizar um estudo da origem, características e fundamentos do MPP, em que a fundamentação teórica desta abordagem qualitativa está nas obras de Ludke (1986) e Triviños (1987).

No 4º capítulo é apresentado a descrição e análise do LDH, em que foi especificado cada etapa do encontro. É especificado também como se deu o processo de escolha da pauta a ser trabalhada, o dia, o local, a atividade, o horário e a quantidade de participantes. Sendo exposto também neste capítulo, as categorias de análise referente as observações, os diálogos, os convidados e sobre a ação final do grupo. Já no último capítulo foram realizadas as considerações finais.

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E PERSPECTIVA DO MOVIMENTO POPULAR PRÁXIS DE TATUÍ 1

Inicialmente o MPP originou-se através de um grupo de estudo sobre a literatura marxista de quatro jovens, de 15 e 16 anos, que se reuniam orientados pelo professor Clodoaldo Rodrigues. Seu Rodrigues, que assim é chamado por seus estudantes, estudou física nuclear na Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1964, participava do grupo de estudo sobre a política operária. Militante que foi preso e torturado durante a ditadura, após ser solto, envolveu-se com os sindicalistas e ajudou a construir a Universidade de Sorocaba - Cidade Universitária Professor Aldo Vannucchi. Logo após, foi cursar direito na Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI) e, ao concluir o curso, migrou para a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para cursar uma pós-graduação em direito do trabalho. Seu Rodrigues acredita que os estudantes são protagonistas das questões sociais do país.

Em Tatuí-SP, seu Rodrigues se reunia aos domingos, às 18h, com quatro jovens e os ensinava a interpretar textos, realizar fichamentos e anotações embasados nas obras de “O Manifesto do Partido Comunista”, alguns fascículos do “Capital”, “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” e “Contribuição à Crítica da Economia Política”, e em autores como Antonio Gramsci, Lenin, Rosa Luxemburgo, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Marechal e Janine.

Depois de vários encontros os quatro jovens conseguiram manter uma rotina de estudos e ao terminar o ensino médio, conseguiram continuar os estudos, um dos deles foi estudar direito na Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, outro Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Araraquara, outro jovem foi estudar Letras na Universidade de São Paulo (USP) e atualmente faz mestrado, e outro estudou química na ETEC Sales Gomes e agora cursa Psicologia no Centro Universitário de Itú e Salto (CEUNSP).

Em meados de 2010, eles começam a convidar mais pessoas para participar do grupo de estudos, e desenvolveram junto de seu Rodrigues um curso de “Introdução à economia para a juventude”, como ferramenta de conscientização sobre política e economia; e o Cineclube nas escolas de periferia nos finais de semana, utilizando o espaço do programa Escola da Família.

¹ Este capítulo foi construído tendo em base a entrevista realizada com o vereador Eduardo Sallum, que é um dos fundadores do MPP e que mantém financeiramente ativa a Casa Práxis e por intermédio dos vídeos encontrados na página do MPP no *Facebook*, link para acesso aos vídeos: <https://www.facebook.com/watch/618887388121600/318440225981488/>

O grupo de estudos foi expandindo e um maior número de professores (as) se envolveram com as atividades realizadas e desenvolveram assim atividades vinculadas à educação. Nesta época o grupo de estudos se reuniam na rua, em vielas com aproximadamente 50 pessoas.

Após alguns meses/anos, os sindicatos da cidade, ao saberem da existência do grupo de estudos, começaram a abrir espaços para as reuniões. Contudo, o grupo, não tinham os recursos necessários para garantir todas as atividades que planejavam, assim, solicitaram ajuda para a Prefeitura de Tatuí. Porém, o vereador relatou, durante a entrevista, que não conseguiram nenhum recurso. Portanto, resolveram realizar uma pesquisa em que se perguntaram, o porquê a prefeitura não possibilitou o mínimo de estrutura? E o por que não abriam um espaço para o diálogo? Após realizarem essa avaliação, o grupo de estudos constatou que estavam frente a uma conjuntura política, que precisavam se posicionar e destacar quem eram os adversários, tornando-se, em 2011, essencialmente um grupo de protesto.

Assim constituíram, com a ajuda do seu Rodrigues, um curso de formação que objetivava a autonomia do sujeito, debates, e algumas atividades práticas das quais já realizavam antes. Ao decorrer do tempo se tornaram um grupo de protesto. Os (as) estudantes do conservatório começaram a participar dos encontros semanais, os grêmios de escolas estaduais e grupos Punk Rock se aproximaram do movimento, e todos (as) juntos (as) reivindicavam direitos básicos da população.

Desde 2011 até 2018, o grupo de estudos formaram grêmios nas escolas estaduais de Tatuí - SP, das nove escolas estaduais, oito escolas estavam ligadas ao grupo de estudos, conseqüentemente os (as) estudantes que assumiram os grêmios foram para as Universidades. Sendo que, futuramente, assumiram as diligências do MPP, e as diligências do Partido dos Trabalhadores (P.T.) de Tatuí - SP.

Grande parte destas diligências vieram do movimento estudantil secundarista, por exemplo, Kelvin que é assessor parlamentar do vereador Sallum, presidente do PT em Tatuí, foi presidente do grêmio da escola Fernando Guedes por três anos seguidos. A Karoline, que é assessora do mandato na parte de agenda e comunicação do vereador Sallum, secretária da organização do PT municipal e assessora da deputada Márcia Lia na assembleia legislativa, foi presidente durante duas gestões do grêmio da escola Tokio e em 2019 também foi tesoureira do MPP.

Em 2012, o grupo se apresenta como MPP, inicialmente foram um grupo de estudos, depois passaram a ser movimento estudantil, um movimento de protestos, e a partir de então, o

MPP foi se tornando referência das demandas oprimidas, questões identitárias, feministas, do movimento negro, do movimento estudantil, LGBTQIAP+², da categoria de trabalhadores, tornando-se um movimento social que abrange as demandas de esquerda e sociais. Desta maneira, deixaram descrito o lema do movimento e seus principais objetivos,

O lema do MPP é “Somos feitos pelas histórias que fazemos”, e levanta a necessidade de colocar o jovem como autor de sua própria história. Sendo os principais objetivos do MPP inserir o cidadão na vida política, promover eventos culturais e educacionais e levantar as principais reivindicações dos estudantes e da juventude em geral, da periferia, da cultura e da educação (O que é o movimento popular práxis? Tatuí - SP, 30 jun. 2019).

As mulheres do MPP se reuniram e criaram o “Núcleo Feminista - Rosas da Revolução” (NFRR), trabalharam com mães solas, com a questão de violência doméstica, e ajudaram mulheres que estavam em situações de vulnerabilidade a entrar em contato com a rede de apoio social do município. Criaram também minicursos que buscavam em coletivo entender, por exemplo, o porquê o feminismo é importante, quais vertentes do feminismo existem, qual é a importância das mulheres se apoiarem, entre outros.

Neste mesmo ano, o MPP começou a ter um espaço maior na cidade ao desenvolver o Evento -“Hip Hop na Escola”, que abrangia população jovem e periférica de Tatuí - SP. Assim, o MPP, sem ajuda do poder público, se reuniu com lideranças do Movimento de Hip Hop, grafiteiros, DJs, e conseguiram reunir 200 pessoas na Escola Barão de Suruí, com o intuito de provar para o poder público que a juventude precisava de espaços culturais que pudessem frequentar.

O MPP já estava posicionado politicamente e seus participantes decidiram lançar uma candidatura a um cargo político na cidade. Sendo assim, se aproximaram do PT, por entender que este seria uma ferramenta do ponto de vista eleitoral. Com isso, o movimento lançou a candidata a vereadora Carla Moura, mulher, negra e jovem, para fazer o enfrentamento ao sistema político que estava em vigor a muitos anos pelas mesmas famílias tradicionais da cidade.

Assim, construíram por intermédio de doações uma campanha romântica, sem metodologia, sem estratégias e sem experiência. Construíram a campanha com 20 jovens, em que o mais velho tinha 19 anos, percorreram 68 bairros da cidade dentro de um Fiat 47 e uma

² “LGBTQI+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para a comunidade [...] Cada letra representa um grupo de pessoas na sociedade [...] Lésbica; Gay; Bissexuais; Transsexuais; Queer; Intersexo; Assexual; Pansexual” (SOARES, 2020).

caixa de som. Os (as) jovens se apresentavam contra o conservadorismo da cidade e conseguiram 300 votos. Após passarem por esta experiência, os (as) jovens começaram a se organizar e entraram em contato com os bairros da cidade e após essa experiência conseguiram entrar para o cenário político de Tatuí.

Conseqüentemente, em 2013, o MPP foi convidado a assumir a pasta da Coordenadoria da Juventude da Prefeitura na gestão do Prefeito Manu. Porém, depois de dois anos, o MPP entendeu que o governo estava cometendo os mesmos erros dos governos anteriores e decidiram romper a associação. Entretanto, nos anos que estiveram assumindo o acordo, conseguiram realizar algumas atividades e projetos, mesmo sem recursos, pois a Prefeitura não disponibilizou nenhum material para eles trabalharem, apenas forneciam uma bolsa de R\$400,00 por mês para o Kelvin, que foi o coordenador oficial, também não tinham telefone, computador e transporte. Mas conseguiram conquistar o ProJovem Urbano sem ajuda da Prefeitura e conseguiram também tornar realidade a chegada do Céu das Artes na cidade.

Ainda em 2013, depois da eleição de 2012, o MPP teve um crescimento de cinco a seis vezes do seu tamanho original. Continuaram com as manifestações, atos públicos contra a redução da maioria penal, pela reforma política e manifestações de repúdio a ditadura militar. Continuaram também promovendo projetos culturais e cursos de formação cidadã.

Ao longo da história do MPP foram construídos diversos minicursos sobre introdução a economia, sobre racismo, história do feminismo, sobre comunicação e arte moderna. Todos que ingressaram no MPP necessariamente tinham de fazer os minicursos, assim como participaram dos minicursos pessoas que não eram filiadas ao movimento. Nos minicursos era tratada a ideia de que as pessoas não são apenas objetos e visava autonomia.

Em 2013 o MPP criou o Instituto Cultural Amadeus (ICA), que é um projeto para crianças, jovens e adultos que oferece aulas de teatro, coral, canto lírico, regência orquestral e de coral, leitura de partituras e instrumentos musicais. Este projeto estava estável até o ano de 2019.

Até o ano de 2014 o MPP fez tudo de forma orgânica, eram um grupo de jovens que queriam assegurar os direitos da população, denunciar corrupções e oferecer minicursos que asseguram a autonomia do sujeito. Contudo, não tinham uma linha de estratégica a longo prazo. Por conta disso, os (as) participantes decidiram criar dois estatutos do movimento, um moral e outro legal. O estatuto legal é chamado de Associação dos Amigos do Movimento Popular Práxis (AAPP), e o estatuto moral que rege as regras internas do MPP.

As construções destes dois estatutos foram realizadas por um processo em que todos os membros do MPP participaram durante três meses, se reuniam duas vezes por semana para debaterem cada seção e capítulo do documento, com desgaste, disputa e votações. Não existe um presidente do MPP, mas sim uma divisão por seis secretarias, que devem respeitar os estatutos e as instâncias do movimento deliberativo. Ainda, é realizado a cada dois anos um congresso para eleger os (as) seis novos (as) dirigentes e eleger três teses conjunturais, tese política, sociocultural e da organização interna do movimento, que devem ser respeitadas, bem como as assembleias que acontecem todos os domingos. Dessa forma, os secretários (as) têm autonomia embasadas nos dois estatutos e nas deliberações construídas nas teses.

As secretarias do MPP são formadas pelo (a) secretário (a) executivo (a), que é responsável em organizar de maneira macro as outras secretarias do movimento, em seguida tem as secretarias de comissão permanente do movimento, a secretaria administrativa, de finanças e a de comunicação. Essas quatro secretarias formam a comissão geral do movimento. Há, ainda, a secretaria sociocultural, que é responsável pelos eventos culturais e educacionais e o (a) secretário (a) político que trata das questões políticas dentro do movimento, questões partidárias, questões de candidatura e questões dos cursos de formação política. Todas essas secretarias têm a função de organizar, chamar reuniões e colocar assuntos em pauta.

Uma das características do MPP é que desde que eram um grupo de estudos, os (as) participantes se encontram todo domingo, às 18h, para realizarem reuniões em que os (as) representantes de grêmio, os (as) representantes do ICA, do NFRR, os (as) filiados (as) ao partido do PT, os (as) estudantes do Cursinho Pré-Vestibular Gratuito, professores (as), ou seja, todos os membros se encontram para discutir e construir novas estratégias, em conjunto, de forma unitária.

Em 2014 o MPP decide apoiar a candidatura de Márcia Lia para deputada estadual, que tinha sido coordenadora na prefeitura de Araraquara do orçamento participativo, que permite que os (as) cidadãos (ãs) ajudem a decidir o que farão com o orçamento público da cidade. Logo, os membros do MPP se identificaram com essa ideia e entenderam como um movimento participativo. Por fim, Márcia Lia ganhou as eleições, e isso fez com que o MPP ganhasse mais notoriedade na cidade de Tatuí -SP, nos grupos de esquerda e no PT.

No mesmo ano, a deputada estadual Márcia Lia pediu para que o MPP avaliasse a possibilidade de terem uma candidatura para o cargo de vereador (a), e que diferente de 2012, ela conseguiria oferecer o mínimo de estrutura para a campanha. Sucessivamente o MPP, no início de 2015, reuniu seus membros em uma assembleia em que questionavam se haveria ou

não uma candidatura em 2016. Após todos (as) concordarem, escolheram quem seria o (a) candidato (a) a vereador (a). Por fim de janeiro a fevereiro, escolheram o Eduardo Sallum.

Após esta decisão, em outra as assembleias, foram escolhidas oito pessoas para estudar durante nove meses em movimentos sociais e sindicatos, para buscarem experiências de vereadores (as), prefeitos (as) e deputados (as), para construir um projeto em que dividiram o poder decisório que está representado em cargos administrativos com os (as) cidadãos (ãs) de Tatuí. Então construíram um processo educativo de conscientização dos (as) cidadãos (ãs) sobre o funcionamento de um sistema republicano democrático, para criar autonomia entre todos (as), tornando-os (as) autores (as) de suas próprias histórias, para assim, se realizar a Práxis transformadora³.

A campanha do MPP foi embasada em cinco princípios, 1º: não aceitar financiamento empresarial em campanha; 2º: não fazer compra de votos; 3º: estar disposto a combater a qualquer tipo de preconceito, machismo, homofobia, racismo e xenofobia; 4º: não realizar ou prometer assistencialismo; e 5º: não contribuir com o cenário político de ódio. Considerando esses cinco princípios, qualquer um (a) poderia se tornar um (a) vereador (a) popular.

Em campanha, o (a) vereador (a) popular participava dos espaços da esfera programática de formação de programa, espaços onde ele (a) formulou o programa da campanha, chamados Laboratórios Populares. Neste ano de 2019 existem oito Laboratórios Populares, Educação, Cultura, Direitos Humanos, Urbanismo e Sustentabilidade, um Laboratório específico da Vila Angélica, Hip Hop, Saúde e Laboratório Estadual e Federal. Os (as) cidadãos (ãs) que começaram a se envolver nos Laboratórios Populares conseguiram desenvolver uma conscientização política. Por ser um espaço de debates e construção coletiva, os (as) participantes conseguem entender qual é o papel do poder político. Após realizarem uma campanha engajada e desta vez bem programada, conseguiram ganhar a eleição.

Atualmente, esses espaços de construções de diálogos, os Laboratórios Populares, são chamados de Laboratórios Culturais, a dinâmica funciona da seguinte maneira, nos primeiros trinta minutos são recolhidas as reivindicações dos (as) cidadãos (ãs) presentes. Essas reivindicações são transformadas em três tipos de matéria na Câmara, primeiro: é realizado um requerimento que exige respostas da prefeitura; segundo: sugere a prefeitura o que ela deve fazer com determinados problemas; terceiro: são moções em que se dá eloquência para questões importantes que estão acontecendo na cidade. Em seguida é proporcionado espaços para debates, os (as) cidadãos (ãs) propõem temas para serem discutidos, em seguida é realizado

³ Este conceito será explicado no decorrer do trabalho, principalmente a partir da página: 21.

uma votação para saber sobre qual será o escolhido e assim, iniciam uma roda de conversa para iniciar uma investigação sobre o tema proposto. Essa dinâmica é realizada em todos os laboratórios, inclusive no LDH.

Existem também atividades realizadas que ganharam materialidade em um sentido prático, como o cursinho pré-vestibular, o qual originou-se no Laboratório de Educação. Durante os debates neste laboratório os (as) estudantes e professores (as) questionavam o motivo de Tatuí não ter um cursinho pré-vestibular, essa questão foi incluída em uma agenda de reivindicações que exigia do poder público o cursinho pré-vestibular gratuito. O Vereador Eduardo Sallum convocou a Secretaria da Educação e a comissão de Educação para prestarem esclarecimentos na Câmara sobre o programa educacional de Tatuí. No entanto, foi respondido que o cursinho pré-vestibular gratuito não estava no campo prioritário do programa educacional. Assim, o MPP junto com os participantes do Laboratório de Educação resolveu construir o cursinho. Em 2019, o cursinho teve 24 professores (as), uma biblioteca que estava passando por reformas, construíram uma parceria com uma loja de xerox para promoverem quatro mil cópias por mês, e realizaram também um plantão de dúvidas durante o período da tarde, conseguiram montar uma turma com 40 estudantes, e, até o final do ano de 2019 houveram uma evasão de 13 estudantes e dos (as) 27 que permaneceram, 22 passaram em Universidades Estaduais, Federais ou conseguiram aprovação de 100% de bolsa pelo PROUNI e FIES.

As grandes inspirações para a construção do MPP foram teorias embasadas no marxismo, como na política Gramsci e na educação Paulo Freire, porque as teorias de ambos podem ser relacionadas a prática social e política. Como também na área da sociologia Fernando Henrique Cardoso, Vianna, Sergio Buarque, Florestan Fernandes, Renato Janine Ribeiro. Para entender a história brasileira Gilberto Freire e Caio Prado.

CAPÍTULO 2: CONCEITO DE SUJEITO A PARTIR DE MARX E DA PEDAGOGIA FREIREANA

Em “Ideologia Alemã” de Friedrich Engels e Karl Marx (2007), que ao criticarem a compreensão sobre o homem, de Feuerbach, descreveram alguns aspectos sobre o desenvolvimento de “homens históricos e reais” (ENGELS; MARX, 2007, p. 30) em que “o primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos” (ENGELS; MARX, 2007, p.87). Ponto que será abordado para iniciar este capítulo, pois se trata do desenvolvimento da vida individual e social. Porém, é necessário deixar claro que “não há indivíduos fora da sociedade” (LESSA; TONET, 2011, p.23) e que o sujeito tem diante de si uma “natureza histórica e uma história natural” (ENGELS; MARX, 2007, p.31). Isto é, primeiro, não existe uma história de sujeitos sem sujeitos, segundo, além do sujeito ser parte da natureza também a modifica.

Desta maneira, o primeiro aspecto do desenvolvimento do ser humano histórico e real, foi a “produção do meio para a satisfação de necessidades que mantém os homens vivos” (ENGELS; MARX, 2007, p. 33). Ou seja, foi por intermédio da utilização de recursos naturais, da ação humana sobre a natureza, que os primeiros seres humanos conseguiram suprir suas necessidades e assim sobreviver.

O segundo aspecto sucede ao resultado do primeiro, em que, “a superação desta necessidade assim como o instrumento utilizado para satisfazê-la, conduzem a novas necessidades” (ENGELS; MARX, 2007, p. 33). Em outras palavras, ao superar as necessidades iniciais, surgiram novas necessidades, tanto para os indivíduos, como para os instrumentos que foram criados para suprir as necessidades iniciais.

O terceiro momento que citam, é que, os sujeitos “começam a criar novos homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família” (ENGELS; MARX, 2007, p. 33), desta maneira, ao suprirem suas necessidades iniciais e reutilizarem os instrumentos criados para suprir novas necessidades, surgiram as relações sociais, gerando assim um quarto aspecto, a “força produtiva” (ENGELS; MARX, 2007, p. 34), que se estabeleceu numa relação humana entre as condições naturais e as condições sociais. Isto é, que entre as necessidades próprias do ser humano, as necessidades biológicas, após a procriação, foram criadas novas relações e necessidades, as necessidades compartilhadas pelo coletivo, sendo então o sujeito um ser natural na vida social. Desta maneira observamos aqui que por intermédio do trabalho que o indivíduo conseguiu produzir e reproduzir sua existência e

materialidade, pois, “Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (ENGELS; MARX, 2007, p. 87).

Já no segundo capítulo do livro, “Introdução à filosofia de Marx”, de Sergio Lessa e Ivo Tonet (2011), os autores descrevem que, para que o ser humano exista, é necessário transformar constantemente a natureza por intermédio do trabalho (LESSA; TONET, 2011, p. 17). Em vista disso, a principal característica que nos torna sujeito, para Marx, é o trabalho, não o trabalho puramente instintivo dos animais, mas o trabalho que além de produzir meios para sobrevivência do sujeito, consegue transformar tanto sua existência, como também o seu meio (LESSA; TONET, 2011). Uma vez que,

Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais (LESSA; TONET, 2011, p.17).

Portanto uma das principais características do sujeito é o trabalho, que conscientemente, nos possibilita a ação de objetivar, de refletir e de imaginar várias hipóteses para chegar ao resultado final de uma ação. Significando está uma das capacidades que nos diferencia dos animais, que seguem puramente seus instintos, sem a capacidade de objetivar o mundo em sua volta, ou a si mesmo, bem como, “o homem se diferencia do carneiro, aqui, somente pelo fato de que, no homem, sua consciência toma conta do instinto” (ENGELS; MARX, 2007, p.35), posto que,

Em primeiro lugar, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É nessa capacidade de idear, (isto é, de criar ideias) antes objetivar, (isto é, de construir objetiva ou materialmente) que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, a evolução humana (LESSA; TONET, 2011, p.18).

Inicialmente, neste capítulo, foi abordado o desenvolvimento do primeiro ato histórico da humanidade baseado na obra de Engels e Marx (2007), dado que, o primeiro ato humano se tornou possível apenas por sermos seres de ação. Ato em que o sujeito sentiu uma necessidade concreta inicial, e por ser um ser pensante, de consciência, buscou meios para supri-la por intermédio do trabalho, podendo criar ferramentas que o ajudem a chegar ao seu objetivo. No entanto, ao chegar ao resultado desejado, não ocasionou o ato final de sua ação, mas sim o início

de uma nova demanda de necessidades concretas a serem supridas, entretanto, nesta ação o sujeito já adquiriu sua primeira experiência, já ocasionou uma mudança em seu entorno.

Entre suas ações, o ato de procriar o tornou um ser social, que vive em coletivo, com necessidades coletivas além de suas próprias necessidades. Desta maneira, essas atividades resultaram na produção de vida humana, sendo o ser humano um sujeito de ação, diante de uma realidade objetiva. Que ao transformar a realidade objetiva, consegue adquirir novas habilidades e experiências, porque,

O resultado do processo de objetivação é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetificação produz uma nova situação, pois tanto a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa ela foi mudada) quanto também o indivíduo já não é mais o mesmo, uma vez que ele aprendeu algo com aquela ação (LESSA; TONET, 2011, p. 19).

Desta maneira o sujeito é construído socialmente, assim como sua consciência é produto do próprio sujeito de acordo com o momento histórico da época, diante a produção da vida, em “uma dimensão social, coletiva” (LESSA; TONET, 2011, p. 26). Nascemos e crescemos em uma sociedade já constituída, com valores, moral, normas e leis que se constituem no nosso ser, sendo esse um ato histórico, que, “Segundo Marx, não haveria uma essência humana independente da história” (LESSA; TONET, 2011, p.14).

[...] mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma das coisas, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstanciais que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a essa última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (ENGELS; MARX, 2007, p. 43).

Portanto, toda construção é fruto da evolução de uma construção anteriormente realizada pelas mãos do indivíduo por intermédio do trabalho dentro da sociedade, que modifica não apenas o indivíduo, mas o seu entorno, que vai além do individual “que aumenta a capacidade reprodutiva da sociedade e abre novas possibilidades de desenvolvimento” (LESSA; TONET, 2011, p.24).

Ao realizar uma análise do livro “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1987), fica claro que Freire (1987) contemplou a dimensão de sujeito em Marx, pois, assim como Marx (2007), Freire (1987) deixa claro que somos sujeitos conscientes e históricos, vivendo e

transformando um espaço histórico por intermédio da ação, que diferente dos animais conseguimos objetivar e transformar a realidade em nossa volta por “terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão” (FREIRE, 1987, p. 51).

E é como seres transformadores e criadores que homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções. Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres históricos-sociais (FREIRE, 1987, p. 51).

Freire (1987), assim como Marx (2007), descreve o sujeito como um ser do “quefazer”, (FREIRE, 1987, p. 70) que transforma o mundo por intermédio do trabalho embasado na reflexão e a reflexão embasada no trabalho, “o quefazer é teoria e prática. É reflexão e ação” (FREIRE, 1987, p. 70), dado que para Marx (2007), “a capacidade de trabalho faz com que o homem seja um ser histórico” (ENGELS; MARX, 2007, p. 14). Freire (1987) também contempla Marx ao citá-lo, evidenciando que somos sujeitos históricos, em um espaço histórico, construindo assim a história da humanidade, em que, “Não há realidade histórica – mais outra obviedade – que não seja humana. Não há história sem homens como não há, uma história para homens, mas uma história que, feita por eles, também os faz, como disse Marx” (FREIRE, 1987, p. 71).

Em “Ação cultural para a liberdade”, Freire (1981) relata que somos sujeitos históricos por estarmos “inseridos no tempo” (FREIRE, 1981, p. 35). Em que consequentemente “o ali e o aqui envolvem sempre um agora, um antes e um depois” (FREIRE, 1981, p. 55). Descreve também, que “humanos vão além de uma rotina puramente instintiva” (FREIRE, 1981, p.35) por sermos seres conscientes, históricos e de ação. Que nos expressamos por intermédio da linguagem, que transformamos a realidade por intermédio do trabalho ao objetivar o mundo e objetivar a nós próprios. Por estarmos cientes de nossa existência somos “capaz de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se” (FREIRE, 1981, p. 53). Bem como para Marx (2007), que “o homem, ao produzir as condições de sua sobrevivência, a transforma” (ENGELS; MARX, 2007, p.14). Já que,

[...] das relações homem-natureza, se constitui o mundo propriamente humano, exclusivo do homem, o mundo da cultura e da história. Este mundo, em recriação permanente, por sua vez, condiciona seu próprio criador, que é homem, em suas formas de enfrentá-la e de enfrentar a natureza (FREIRE, 1983, p. 14).

Assim quando o sujeito transformou a natureza para a sua sobrevivência, produziu a vida humana, material, histórica, cultural e, portanto, social. No entanto ao produzir e reproduzir o mundo humano se condicionou em sua própria criação, sendo assim, “não é possível, portanto entender as relações dos homens com a natureza, sem estudar os condicionamentos histórico-culturais a que estão submetidas suas formas de atuar” (FREIRE, 1983, p. 14). Conseqüentemente, o próximo subtópico aponta sobre quais formas de condicionamentos estão dominados os sujeitos em seu próprio mundo.

2.1 Conceito de alienação e dialogo

Anteriormente foi abordado a concepção de sujeito para Marx e Freire, ao realizar esta construção referencial, foi observado que somos sujeitos históricos e de ação, que modificamos a realidade e a nós mesmos ao criar maneiras de continuarmos existindo e produzimos a vida em uma permanente relação com a natureza, assim, criamos o mundo do homem. Mas ao criar novas possibilidades de existência ou ferramentas que nos ajudem, significa conseqüentemente que não temos o domínio sobre o resultado final destas ações, porque,

[...] toda ação humana produz resultados que possuem uma história própria, que evoluem em direções e sentidos que não podem jamais ser completamente previstos ou controlados, produzindo conseqüências inesperadas (LESSA; TONET, 2011, p. 30)

Em vista disso, inicialmente as sociedades primitivas eram constituídas por pequenos grupos, e seus meios de produção de vida, ou seja, sua relação entre o trabalho e a natureza, era puramente de sobrevivência, em relações igualitárias de produção e consumo. Logo estes pequenos grupos foram se desenvolvendo e adquirindo novas habilidades, criando novas formas de produção de vida. Resultando no conhecimento sobre a agricultura e pecuária, que possibilitou uma produção mais elevada dos recursos que necessitavam para a sobrevivência, ou seja, produziram mais do que poderiam consumir (LESSA; TONET, p. 52 – 53). Portanto, “A existência desse excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem” (LESSA; TONET, 2011, p.53).

Historicamente, o início da relação do homem com o trabalho foi o “trabalho dos homens sobre a natureza” que passou a ser relacionada para o “trabalho dos homens sobre os homens” (ENGELS; MARX, 2007, p. 35), que por intermédio do excedente de produção, se desenvolveram novas relações entre o sujeito e o trabalho, por, “[...] conseqüência do resultado de nossas ações levou ao “surgimento e desenvolvimento de relações sociais desumanas, que tornaram as pessoas e a sociedade – menos humanas do que poderiam ser” (LESSA; TONET, 2011, p. 47).

Essas novas relações do homem com o trabalho, tem uma característica fundamental, que é a divisão de trabalho, que se diferencia entre dois grupos principais, o primeiro, é dos que possuem os meios de produção, quem consome, já o segundo, é de quem produz o meio de produção, quem trabalha. O primeiro grupo pertence à classe dominante, o segundo grupo pertence à classe dominada (ENGELS; MARX, 2007, p.36). Esta divisão de trabalho e suas

contradições estão presentes desde a divisão de papéis no núcleo familiar e no coletivo, entre o interesse familiar particular do interesse coletivo, comum (ENGELS; MARX, 2007, p. 37).

Porém a classe trabalhadora poderia (e deve) entrar em conflito com a classe dominante, ao se tornarem conscientes das contradições de desigualdades encontradas nessa divisão do trabalho, pois, a classe dominante detém um valor maior sobre a produção da mão-de-obra dos trabalhadores (LESSA; TONET, 2011), gerando assim, exploração de mão-de-obra da classe trabalhadora. E para garantir essa situação de exploração a classe dominante construiu duas ferramentas, a primeira, o Estado, que “é essencialmente um instrumento de dominação de classe” (LESSA; TONET, 2011, p.54), a segunda, o Direito, que regulamenta “a vida social por meio de leis que jamais ultrapassem os meios de dominação de classes” (LESSA; TONET, 2011, p. 55).

Este desenvolvimento das sociedades se tornou o que conhecemos como a sociedade capitalista, que é “fundamentalmente uma sociedade alienada” (LESSA; TONET, 2011, p.65). Para Marx (2007), esta alienação é consequência do estranhamento, “1) do trabalho, 2) do produto do trabalho, 3) do indivíduo em relação ao gênero e 4) do indivíduo em relação do seu próprio ser social” (ENGELS; MARX, 2007, p. 548). Visto que a relação com o trabalho foi transformada e direcionada para suprir as necessidades da sociedade capitalista, em que o resultado final deste trabalho, o produto, é de propriedade privada e não pertence ao (a) trabalhador (a), sendo assim indiferente para ele (a). No entanto, neste processo de transformação da sociedade capitalista o sujeito também foi objetivado, transformado em coisa, estando dominado (a) pela classe burguesa, que resulta num estranhamento sobre a própria capacidade de ser e estar no mundo, de sua atuação sobre si e sobre o mundo, como também na capacidade de se relacionar com o outro, pois, “[...] pelo trabalho, ao transformar a natureza, a humanidade cria novas possibilidades e necessidades objetivas. Isso significa que são as novas condições de existência objetiva que determinarão o desenvolvimento da consciência” (ENGELS; MARX, 2007, p. 34)

Portanto nas sociedades de classes desenvolvemos uma sociedade alienada em que as necessidades objetivas se limitam “a propriedade privada, a exploração do homem pelo homem e ao patriarcalismo” (LESSA; TONET, 2011, p.90). A alienação está na naturalização de um sistema opressor, na divisão do trabalho, na exploração e no acúmulo de capital, sendo que essas diferenças surgem como força dominante, mas, no entanto, é criação do próprio sujeito (LESSA; TONET, 2011). Ao construirmos historicamente uma sociedade desigual, que explora

o ser humano pelo ser humano, construímos assim uma sociedade que naturaliza as contradições de exploração, tal naturalização faz parte da alienação da consciência, pois,

Submetidos a uma vida de miséria e privação, à opressão cotidiana, à competição desenfreada por um lugar no sol, todos nós convivemos com a sensação de estarmos submetidos a um destino, uma força, que não controlamos e sequer conhecemos. Essa vida cotidiana desumana (ou seja, não humana) faz com que os homens sequer cheguem a consciência que são eles que fazem a sua própria história (LESSA; TONET, 2011, p.15).

O que nos leva a estar submetidos a esta maneira de viver não humana, a esse estranhamento que parece uma força dominante da qual não temos escapatória, faz parte de um esquema de mitificação do mundo, em que a inserção do sujeito no mercado de trabalho faz parte desse esquema. Pois o trabalho nas sociedades capitalistas está embasado na construção do capital individual. Dessa maneira a classe dominante reformulou a relação do sujeito com o trabalho, tornando-o em uma produção de larga escala, levando o trabalhador a produzir uma mercadoria de propriedade privada e não de acordo com as próprias necessidades, visto que, “Como o que ele produz não é o que ele necessita, não pode se desenvolver plenamente como pessoa humana, já que suas necessidades jamais podem comparecer em sua atividade produtiva” (LESSA; TONET, 2011, p.93). Desta maneira, na sociedade capitalista, as necessidades estão voltadas ao acúmulo privado do capital, orientado pelo interesse da burguesia e não sobre as necessidades individuais do homem, como “Os homens têm no capital seu espelho e se constroem cotidianamente como sua imagem. As necessidades que impulsionam as prévias-ideações não são mais necessidades humanas, mas necessidades que brotam da dinâmica do capital” (LESSA; TONET, 2011, p.83).

Essa necessidade de acúmulo do capital gera o individualismo, miséria, opressão e competições desenfreadas, sendo estes alguns aspectos do modo de vida desumana. No entanto, foi constituído na sociedade capitalista outra ferramenta para reformulação da dominação, a democracia burguesa, que, “[...] se caracteriza pela concepção de que todos os homens são iguais, e, portanto, desconsidera as reais diferenças entre os indivíduos” (LESSA; TONET, 2011, p. 84). A democracia burguesa é uma ferramenta garantida pelo Estado para que a classe dominante continue explorando a mão-de-obra dos trabalhadores e de maneira dissimulada difunda a desigualdade entre eles, para proteger a exploração por intermédio de uma falsa garantia de direitos, dado que,

[...] o Estado capitalista afirma a igualdade formal, política e jurídica, com o objetivo real e verdadeiro e velado de manter a dominação da burguesia sobre os trabalhadores. A igualdade burguesa, tal como a democracia burguesa, nada mais é do que a máxima liberdade do capital para explorar os trabalhadores (LESSA; TONET, 2011, p. 85).

Em Freire (1987), identifica-se que a classe opressora tem a necessidade de conquistar a classe trabalhadora para torná-la hospedeira de uma consciência dominada, dificultando que essa classe trabalhadora tenha uma percepção crítica da realidade. Mas para isso acontecer a classe dominante criou vários processos de mitificação do mundo real em que as ferramentas utilizadas para garantir essa ação vão além do Estado e Direito (FREIRE, 1987).

A relação do sujeito com o trabalho é um dos pontos apresentados por Freire (1987) como parte do processo de alienação da classe trabalhadora, pois é pelo trabalho que nos diferenciamos dos animais e criamos nosso mundo. Mas ao transformarem a relação do trabalho de criar o mundo em uma atividade limitada e específica que não pertence mais a ação criadora, é retirado dos sujeitos a capacidade de se realizar, pelo motivo de que,

É que somente na medida em que os homens criam o seu mundo, que é mundo humano, e o criam com seu trabalho transformador – se realizam. A realização dos homens, enquanto homens, está, pois, na realização deste mundo. Desta maneira, se seu estar no mundo do trabalho é um estar de dependência total, em insegurança, em ameaças permanente, enquanto seu trabalho não lhe pertence, não podem realizar-se (FREIRE, 1987, p. 82).

É identificável também outros aspectos do esquema mitificador que a classe dominante utiliza para garantir que aos olhos dos sujeitos o mundo continue sendo algo estático, assim como as situações desumanas continuem sendo naturalizadas. Dentro deste esquema, Freire (1987) cita a existência da divisão de massas, que ao serem divididas não conseguem se encontrar em uma totalidade se tornando, fragmentada e ilhada em torno de pequenas lideranças que são constituídas por intermédio de pactos, em que os oprimidos imaturos politicamente aceitam o falso diálogo da possibilidade de ascensão, ou seja, falsas promessas por se sentirem atraídos pela classe dominante. No entanto, este pacto serve para anestesiar as massas manipulando-as para que não pensem, ora por falso diálogo, ora por violência (FREIRE, 1987).

Esta mitificação funciona pelo fato dos dominantes constituírem-se como populista e paternalista perante a classe oprimida, fingindo que cuidam e que dão assistência às necessidades do povo oprimido, criando assim uma falsa ilusão de tutela. No entanto, o que desempenham é um controle social por intermédio da imposição de uma visão de mundo e pela

aniquilação da criatividade do povo oprimido. Neste processo de controle social e de inibição das massas, conseguem moldá-las conforme suas necessidades de controle e esses padrões refletem não só nas ações dos sujeitos, mas também dentro das instituições da sociedade, como na relação da família que também fomenta a opressão. Pois, no núcleo familiar existe uma relação de hierarquia diante uma divisão de tarefas que desde cedo são “introjetados a autoridade paterna” por intermédio de padrões rígidos (FREIRE, 1987, p.88). Portanto a alienação está presente em todos os aspectos constituintes da sociedade.

Freire (1987) mostra no 4º capítulo de sua obra, “Pedagogia do Oprimido”, que o conceito de alienação está ligado ao conjunto de conceitos utilizados pela classe opressora para manipular a classe trabalhadora com a finalidade de se manterem como dominantes. E esse conjunto está ligado essencialmente pela conquista, divisão, manipulação e invasão cultural, que se entrelaçam entre os mitos, o paternalismo, o assistencialismo, o populismo e a sloganização, ou seja, a teoria da ação antidialógica. Assim, Freire revela que,

Os opressores desenvolveram uma série de recursos através dos quais propõem à “ad-miração” das massas conquistadas e oprimidas um falso mundo. Um mundo de engodos que, alienando-as mais ainda, as mantenha passivas em face dele. Daí que, na ação da conquista, não seja possível apresentar o mundo como problema, mas pelo contrário, como algo dado, como algo estático, ao que os homens devem se ajustar (FREIRE, 1987, p. 78).

No entanto, essas construções são históricas e foram realizadas pela classe opressora, sendo que jamais foram pensadas na libertação dos oprimidos, pois, “E é precisamente, quando às grandes majorias – se proíbe o direito de participarem como sujeitos da história, que elas se encontram dominadas e alienadas” (FREIRE, 1987, p. 73). Uma vez que, ao tirarem o direito dos sujeitos de construir a própria história, foi construída uma realidade especificamente egoísta, desigual socialmente e historicamente. Mas, por se tratar de uma construção histórica tem-se a possibilidade de transformar esse modo de vida não humano, para isso, é necessário que a classe trabalhadora, os oprimidos, tomem consciência por si próprios das mitificações, contradições e desigualdades que estão sendo submetidos em seu cotidiano, para conseguirem recriar uma nova forma de vida que seja humana e que valorize a vida.

Por intermédio do trabalho pode-se recriar a conexão entre prática e teoria para realizar o processo de desalienação das massas (ENGELS; MARX, 2007, p. 15). No entanto, esta ação só será possível “apenas se o proletário encontrar o elemento ativo de sua libertação” (DUSSEL, 2000, p.507). Porque, “será, pela problematização de sua própria opressão, que implica sempre

numa forma qualquer de ação, que elas poderão fazê-lo” (FREIRE, 1987, p. 96). Freire (1987), trata a teoria da ação dialógica, como meio para a superação do sistema opressor, em que lideranças revolucionárias por intermédio uma pedagogia de libertação em comunhão com as massas que objetivem “a produção de uma consciência ético crítica que se origina nas próprias vítimas por serem os sujeitos históricos privilegiados de sua própria libertação” (DUSSEL, 2000, p. 443).

Uma das características fundamentais do diálogo para Freire (1987) é que se trata de um direito de todos os homens e mulheres em comunhão, pois é impossível realizar essa prática sozinho (a). Como também, não é uma palavra que determina algo para a vida de outra pessoa, mas, um processo de construção entre todos (as) os (as) presentes. No entanto, esse direito foi negado e roubado das massas, pois como já observamos acima, “para dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares práxis autêntica. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo” (Freire, 1987, p.71). Sendo necessário que, “[...] os que se encontram negados do direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue” (FREIRE, 1987, p. 45).

Mas dizer a palavra verdadeiramente, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (FREIRE, 1987, p.44-45).

A importância de se recuperar o direito de se pronunciar, é a importância de ganhar significado enquanto sujeito, pois, “o diálogo é uma exigência existencial” (FREIRE, 1987, p. 45). Porque, “Se é dizendo a palavra com que, pronunciando o mundo, os homens se transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (FREIRE, 1987, p. 45). O diálogo também é um ato de amor, e que só com “amor ao mundo e aos homens” (FREIRE, 1987, p. 45) é possível realizá-lo. Que este também “é um ato de coragem, nunca de medo” (FREIRE, 1987, p. 45). E segundo, Freire, “a fé nos homens é um dado a priori do diálogo” (FREIRE, 1987, p. 46), o sujeito que tem fé no poder de criação dos indivíduos, acredita no renascimento, na criação e na transformação pela luta da liberdade. Sucessivamente é considerado que a humildade e a confiança também o constituem para a transformação e emancipação dos homens e mulheres, e, embasado na humildade “se faz em uma relação horizontal” (FREIRE, 1987, p. 31), sendo a confiança resultado de todas as

características que permeiam o diálogo verdadeiro, “a confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo” (FREIRE, 1987, p. 46).

Sendo o diálogo uma ferramenta para superar a alienação, devendo ser um momento de construção com o outro e não para o outro. Não deve ser um ato de depositar informação, mas sim de construção de conhecimento mútuo e horizontal. Pois, a partir do momento que se sabota o pensamento e o diálogo livre se sabota o outro, essa ação consiste em compactuar com as opressões e subordinados que o outro passa ou está inserido. No entanto, Freire (1987) fala que a Liderança Revolucionária precisa estar ciente de todas estas características citadas anteriormente para conseguir construir junto das massas uma consciência crítica em que, “a ação pedagógica se efetua no horizonte do diálogo intersubjetivo comunitário mediante a transformação real das estruturas que o oprimem” (DUSSEL, 2000, p. 435).

Ou seja, Freire (1987) aborda sobre o papel da liderança revolucionária diante de uma ação verdadeira de transformação, em que não devem assumir um papel de salvadoras e de manipulação. Mas, ao contrário disto, a liderança revolucionária deve primeiramente reconhecer que é no encontro dos oprimidos de frente com as denúncias realizadas pelo diálogo entre si que irá levá-los a libertação de suas condições desumanas, já que, “Freire pensa na educação da vítima no próprio processo histórico, comunitário e real pelo qual deixa de ser vítima” (DUSSEL, 2000, p. 435).

Desta maneira cabe a liderança revolucionária estimular e acreditar no poder de ação das próprias massas diante a pronúncia do mundo em que “os sujeitos dialógicos se voltam sobre a realidade mediatizadora que problematizada, as desafia” (FREIRE, 1987, p.97). Esta ação de mediação entre a liderança revolucionária e as massas diante a ação de problematizar as circunstâncias pronunciada em união, “Trata-se da passagem de uma “consciência mágica, massificada ou fanática”, e mesmo moderna e urbana, para uma “consciência crítica” (DUSSEL, 2000, p. 438). No entanto, esta ação se dá quando, “Esta adesão coincide com a confiança que as massas populares começam a ter em si mesmas e a liderança revolucionária, quando percebem a sua dedicação, a sua autenticidade na defesa da libertação dos homens” (FREIRE, 1987, p. 97).

Ou seja, o que constitui a “co-laboração” mútua entre as massas e a liderança revolucionária é a confiança que ambas construíram uma com a outra ao conceber que seus objetivos são os mesmos, confiança que se dá através do diálogo fundamentados no amor, humildade e trabalho.

Neste ponto não se pode evitar ou até mesmo negar que a união das massas é um fato fundamental para o processo de libertação do modo de vida não humano, mas, como já vimos, nos encontramos em uma estrutura mitificada, em que o sujeito não reconhece a si mesmo nem as circunstâncias históricas que o levam ao estranhamento de si e do mundo, significando indispensável a desmitificação da realidade para realizar esta união, “A união dos oprimidos é um quefazer que se dá, no domínio do humano e não no das coisas. Verifica-se, por isso mesmo; na realidade que só estará sendo autenticamente compreendida, quando captada na dialeticidade entre a infra e supra-estrutura” (FREIRE, 1987, p. 101).

A união das massas é realizada no encontro dos homens, em que a desmitificação da realidade opressora ocorre através do diálogo sobre as ações contraditórias. Mas, por estarmos em um mundo mitificado, em que muitas das vezes, não conseguimos observar a contradição encontrada em uma ação desumana, já que a vítima, “confunde a própria consciência com a introjeção da consciência do dominador” (DUSSEL, 2000, p. 440), sendo assim, é inevitável que a liderança revolucionária realize uma mediação de caráter reflexivo com “razão teórica, explicativa, a partir dos critérios do conteúdo econômico e político, sob o império da razão” (DUSSEL, 2000, p. 440), junto das massas, trabalhando de uma forma dialética sobre a existência das consequências que o macrossocial ocasiona no microssocial, “Freire insiste em que a análise teórica das causas da opressão do oprimido é o meio pelo qual este toma consciência da realidade objetiva que produz a sua opressão, permitindo-lhe uma apreensão explicativa mínima do argumento de caráter reflexivo, teórico e crítico” (DUSSEL, 2000, p. 439).

Ao buscar a união das massas a liderança revolucionária busca a organização das massas, em que a manipulação estrutural do sistema cede seu lugar a verdadeira organização, pela união e o diálogo desmistificador, “A organização das massas populares em classe é o processo no qual a liderança revolucionária, tão proibida quanto este, de dizer sua palavra, instaura o aprendizado da pronúncia do mundo, aprendizado verdadeiro, por isto, dialógico” (FREIRE, 1987, p. 102). A organização é a síntese cultural do povo, que leva a investigação temática da teoria de ação dos sujeitos, em que a realidade é objeto de análise crítica e de ação no processo histórico dos sujeitos atuantes da transformação da vida não humana. Organização que se funda em visões de mundo diferentes e que leva em consideração, anseios, dúvidas, esperança, forma de ver a liderança, percepção de si e do opressor e da crença religiosa. Assim, visa que, tanto povo quanto lideranças criem pautas para ação em comunhão, gerando “Saber da cultura alienada que, implicando na ação transformadora, dará, lugar à cultura que se

desaliena” (FREIRE, 1987, p. 106). Portanto, “Freire concebe, então, o diálogo como um encontro entre sujeitos que se revelam uns aos outros as mediações para transformar o mundo, os conteúdos para que todos possam viver nele” (DUSSEL, 2000, p. 442). Este tema está ligado diretamente a práxis verdadeira, portanto este será o assunto do próximo subtópico.

2.2 Conceito de práxis como processo de transformação da realidade

Construímos historicamente uma sociedade capitalista e conseqüentemente alienante, que não valoriza a vida, mas sim o capital acima de tudo e todos. Deste modo, constituem sociedade e sujeitos parte de um sistema perverso, que utiliza a teoria da ação antidialógica centrada em um esquema de mitificações para anestesiar a consciência do sujeito, para que se tenha a percepção de estar atuando no mundo. Contudo, o que acontece é a aniquilação de sua criatividade, de sua verdadeira atuação, de suas perspectivas de mudanças, “Marx julga o sistema capitalista como alienante, injusto, vitimário, sacrificante, como sendo uma estrutura histórica que nega a vida do trabalhador, que oprime, desrealiza, empobrece e mata. E porque mata a vida do sujeito é um sistema perverso” (DUSSEL, 2000, p. 324).

No entanto, a práxis é indispensável na teoria da ação dialógica, pois é justamente no encontro entre a denúncia dos oprimidos a teoria crítica da realidade que se desvela a alienação. Esta ação se desenvolve na união das lideranças revolucionárias com as massas, como já visto anteriormente. E é justamente na perversidade do sistema que se encontra o aspecto positivo para a realização da práxis verdadeira, pois, é por intermédio das contradições encontradas que a classe oprimida encontrará sua humanidade. Mas, é necessário que para “Interpretar o mundo numa exclusiva posição teórica pressupõe aceitar o sistema dado a partir do seu próprio horizonte” (DUSSEL, 2000, p. 321).

É preciso interpretar a realidade objetiva a partir da visão do sujeito que sente diariamente opressões. Entretanto, a classe oprimida em sua grande maioria está alienada dentro deste sistema perverso e acredita que as opressões são algo distinto delas mesmas. Desta maneira, cabe às lideranças revolucionárias unidas as massas ajudarem-se mutuamente a interpretar a realidade de maneira teórica, crítica e objetiva. “Seria uma crítica teórica (como análise das causas de negação) articulada a consciência ético-crítica intersubjetiva” (DUSSEL, 2000, p. 321).

O sistema capitalista foi constituído através da “criatividade da subjetividade da corporabilidade” (DUSSEL, 2000, p. 328) do trabalhador, que é sujeito histórico em que o capital está no centro do mundo humano. Logo, a objetividade do sujeito é construída desta maneira, em perspectiva do capital e para recuperar a subjetividade do sujeito que é trabalhador e criativo em sua essência. Para a ação de desvelamento das contradições perversas do mundo humano (DUSSEL, 2000, p. 328) é preciso “considerar seriamente o critério crítico material, explicar a causa da impossibilidade da produção e reprodução da vida humana das vítimas do capitalismo” (DUSSEL, 2000, p. 327). Sendo que,

O experto, o cientista, o filósofo, que fora movido à co-responsabilidade pela interpelação das vítimas, transformando-se em consciência ético-crítica que devolve as vítimas sua “interpelação” processada analítica e racionalmente segundo os melhores recursos teóricos para co-laborar no crescimento do “sujeito histórico” como comunidade anti-hegemônica de vítimas, necessitadas de argumentos para alcançar uma nova validade para além da validade do sistema de dominação (DUSSEL, 2000, p. 329).

É fundamental cada vez mais que as comunidades que possuem saberes científicos se unam com as massas alienadas para construir juntas uma reflexão sobre as ações desumanas, desvelando o que ocasiona sua origem e assim quais possibilidades de mudança que podem realizar através da nova perspectiva de olhar a partir da realidade que estão inseridas. Ou seja, diante o diálogo realizado em união com elas se torna indispensável que se observe e use de reflexão, ao perceberem em suas falas, elementos analíticos para traçar paralelos com a totalidade. É nas frases contraditórias que se notara a visão de mundo em que o sujeito oprimido já naturalizou uma contradição de um sistema que o nega a vida e assim naturaliza uma estrutura social como dada e acabada. Neste momento, surge o aspecto negativo e o aspecto positivo, em que,

Marx, julga negativo eticamente o sistema capitalista a partir da proibição de uma máxima não generalizável: a partir do imperativo que proíbe e nega a vida de cada sujeito humano em comunidade. O capitalismo é injusto (aliena) porque nega a vida do sujeito operário (o desrealiza) (DUSSEL, 2000, p. 323).

Portanto, é crucial para Marx (2007), que haja uma interpretação crítica da realidade, que conseqüentemente irá partir de um aspecto inicialmente negativo, em que ao estarem atados a teoria científica crítico reflexiva, este aspecto será constituído por um novo olhar em que se torna positivo, pela possibilidade de entendimento de suas causas poderá então agora transformar a visão de mundo dos sujeitos, tornando os ativos perante as contradições.

Freire, indica que há um momento negativo (quando se critica o sistema como causa da opressão) e outro positivo (a utopia ou viável inédito) [...] A “denúncia” é o fruto conjunto da comunidade dialógica dos oprimidos como consciência crítica em dialética colaboração com os educadores (intelectuais, cientista, em posição interdisciplinar, etc.). Enquanto a utopia é o uso da imaginação criadora de alternativas (DUSSEL. 2000, p. 442).

As relações da práxis transformadora partem das contradições sociais, em que a visão de mundo do trabalhador que é social e cultural se unem a visão teórica que é conhecimento científico, sendo este encontro um processo de ensino e aprendizagem de ambas as partes

envolvidas em união mútua, em que a partir do diálogo e percepção das contradições naturalizadas se realiza uma abordagem histórico crítica sobre a dimensão política que resultará em reflexões que partem das micro-situações. Desta maneira, ao serem problematizadas e embasadas em teoria científica, no sistema político, leis, etc, eleva-as para a visão do macrossocial, a estrutura em que se encontram. E assim potencializando a visão de mundo naturalizada do sujeito oprimido, possibilitando a construção de novos conhecimento e transformações dos sujeitos históricos, pois,

Freire insiste que a análise teórica das causas da opressão do oprimido é o meio pelo qual este toma consciência da realidade objetiva, que produz a sua opressão, permitindo-lhe uma apreensão explicativa mínima de argumento de caráter reflexivo, teórico, crítico (DUSSEL, 2000, p. 439).

Em vista disto, perante a concepção de práxis verdadeira, existe um conjunto de conceitos que se interligam, indissociáveis um do outro. Este conjunto se manifesta inicialmente pela teoria e prática, diante da relação dialética entre o subjetivo no processo de conscientização da realidade objetiva concreta, a origem de uma desumanização da sociedade, para que se realize uma denúncia que seja reconhecida e assim, manifestar-se uma ação dialética de transformação dos sujeitos (FREIRE, 1987). Inicialmente a reflexão que não gera a ação transformadora não passa de verbalismo, pois a denúncia autêntica necessita do compromisso de mudança.

A palavra inautêntica, por outro lado, com que não se pode transformar a realidade, resulta da dicotomia que se estabelece entre seus elementos constituintes. Assim é, que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria, verbalismo, blábláblá. Por tudo isso, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação (FREIRE, 1987, p.44).

No entanto, a teoria sem a prática não ocasiona transformações no plano real, ela apenas conserva ou justifica a realidade que já está posta. Para modificar a realidade é necessário colocar o conhecimento em prática, conhecimento este constituído pela ação que supra uma necessidade real. Não basta que o conhecimento teórico realize uma crítica sobre situações-limites, é necessário que este conhecimento esteja interligado a ação e que esta seja consciente diante do conjunto, teoria e prática, “[...] trata da articulação da filosofia dentro de um

horizonte- ético-crítico no momento indicado e não como uma mera contemplação analítica ou dialética dentro e a partir do sistema vigente” (DUSSEL, 2000, p. 321).

Freire (1987, p. 21) relata que “A práxis, porém é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos”. Ou seja, o autor mostra que a reflexão e ação é uma dupla inseparável, pois, uma sem a outra é impossível realizar uma ação transformadora, “Se, pelo contrário, se enfatiza ou exclusiviza a ação, com o sacrifício da reflexão, a palavra se converte em ativismo. Este, que é a ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo (FREIRE, 1987, p. 44).

Conseqüentemente, quando damos ênfase apenas para a ação estamos praticando um ativismo, e do contrário, se damos ênfase apenas a reflexão estaremos praticando o verbalismo, que resulta em uma prática anti-dialógica, pois, ao separar o conjunto, reflexão e ação, não se realiza a práxis verdadeira.

A ação e reflexão são “de tal forma solidárias, em uma situação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se resente, imediatamente a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo (FREIRE, 1987, p.44).

Contudo, a subjetividade de cada sujeito é construída socialmente e historicamente diante a sociedade que está. Como vivemos em uma sociedade capitalista dominadora em que o valor real está no capital e na opressão e não na humanização, a subjetividade dos sujeitos é construída nesta base e não diante das necessidades reais que os permeiam, surgindo assim, um desconhecimento sobre a própria existência, pois, estão “acomodados e adaptados, imersos na própria engrenagem da estrutura dominadora” (FREIRE, 1987, p. 4). Para realizar uma transformação na estrutura da sociedade “não se pode pensar em objetividade sem subjetividade” (FREIRE, 1987, p. 5). Segundo Freire (1987), a subjetividade e a objetividade devem estar em uma relação dialética, deve ser considerada a subjetividade do sujeito para trabalhar a objetividade, em razão de,

A objetividade dicotomizada da subjetividade, a negação desta análise da realidade ou na ação sobre ela é objetivismo. Da mesma forma, a negação da objetividade, na análise como na ação, conduzindo ao subjetivismo que se alonga em posições solipsistas, nega a ação mesma, por negar a realidade objetiva, desde que esta passa a ser criação da consciência. Nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas subjetividade em permanente dialeticidade (FREIRE, 1987, p. 5).

Ou seja, se no processo da práxis autêntica negarmos a subjetividade dos sujeitos estaremos objetivando-os, transformamos-os em objetos, da mesma maneira se negamos a ação, iremos trabalhar apenas com as experiências pessoais, negando a realidade objetiva ao nosso redor. Sendo assim, não se trata de uma práxis autêntica e sim “cair num simplismo ingênuo” (Freire, 1987, p. 5). Dado que, “Marx, como em nenhum pensador crítico, realista, jamais se encontrará esta dicotomia. O que Marx criticou e, cientificamente destruiu, não foi a subjetividade, mas o subjetivismo, o psicologismo” (FREIRE, 1987, p. 5).

Somos sujeitos construídos socialmente e historicamente pela ação dos homens na sociedade. Desta maneira, é de extrema importância a presença da subjetividade no processo da transformação da realidade objetiva, visto que, “necessitamos trabalhar com a subjetividade que está mutilada em uma sociedade dominadora e opressora que é o objetivismo, pois tudo é produto dos homens, portanto tarefa dos homens” (FREIRE, 1987, p. 20).

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são produtores desta realidade e se está, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 1987, p. 5).

Tanto para Marx (2007) como para Freire (1987), é essencial trabalharmos diante desta relação dialética entre a subjetividade e objetividade para realizar uma práxis autêntica e dialética, que trabalha na conscientização do sujeito diante da realidade real que estamos inseridos historicamente e socialmente, construída pela ação dos homens, podendo assim ser essa realidade transformada.

Fazer “a opressão real ainda mais opressora, acrescentando-lhe a consciência da opressão”, a que Marx se refere, corresponde à relação dialética subjetividade-objetividade. Somente na sua solidariedade, em que o subjetivo constitui com o objetivo uma relação dialética, é possível a práxis autêntica (FREIRE, 1987, p. 21).

Porém, o processo de práxis autêntica não é a responsável por colocar um ponto final nas contradições vividas pelos sujeitos, mas sim um sistema que se tem o problema inicial que é uma contradição para então se construir a organização teórica do conhecimento sobre os elementos existentes, criando assim possibilidades de aplicar o conhecimento construído, “A práxis da libertação, para Freire, não é um ato final, mas o ato constante que relaciona os sujeitos

entre si em comunidade transformadora da realidade que produz os oprimidos” (DUSSEL, 2000, p. 443).

Até este momento, foi visto que somos sujeitos de ação, que nossa essência é nossa capacidade de trabalho, que cria a vida e alternativas de sobrevivência em uma sociedade que foi construída historicamente e socialmente desigual, por intermédio de uma série de mistificações que garantem o modo de vida não humano. No entanto, esta forma de vida não está pronta e acabada, sendo possível sua transformação. Desse modo, torna-se vital que um esquema de desmitificação seja realizado em comunhão com as massas, pois, estas se encontram alienadas, não se reconhecem como seres atuantes e transformadores da realidade.

A epistemologia própria dessa forma de pensar – a da práxis – possibilita novos rumos de compreensão no universo humano e, conseqüentemente, na da educação. Entender a ação enquanto práxis é possibilitar ao ser humano o reconhecimento de um campo aberto do saber [...] Práxis é a união entre o que se reflete e o que se faz (FREIRE, 1987, p.13).

O diálogo é uma ferramenta indispensável para garantir a união das massas a fim de denunciarem esse modo de vida não humano para ocasionar uma mudança. Porém, é indispensável que o trabalho das massas com a liderança revolucionária seja realizado diante a práxis autêntica, pois, “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 1987, p. 21).

2.3 Conceito de conscientização para humanização

Até aqui observamos que vivemos em mundo marcado pelo sistema capitalista, construído historicamente por nossas ações, no qual, a classe dominante utiliza uma série de recursos para dominar as massas populares e está por sua vez imersas em uma realidade mitificada, impedidas de uma ação dialógica e impedidas da práxis autêntica não conseguem se libertar e transformar o mundo dos homens em um mundo que valoriza a vida, ainda assim,

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe que determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias seu tempo, e, por conseguinte, que suas ideias são dominantes da época (ENGELS; MARX, 2007, p. 47).

Desta maneira, a classe dominante, aliada a teoria da ação antidialógica, utiliza no meio dos processos de mitificação do mundo a dominação da consciência, determinando e produzindo as ideias que irão permear a sociedade na época de sua ação atuante como pensadores, pois, sendo a consciência a percepção do meio sensível que se encontra mitificado as massas populares é também a responsável pela relação existente entre os sujeitos, são nestes processos que o mundo do homem será constituído, porque,

A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar com o gado; é desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) - e, por outro lado, consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade (ENGELS; MARX, 2007, p. 35).

Ainda, Marx (2007) mostra que nossa consciência nunca foi pura, mas sim marcada pelas relações que nos cercam. Portanto, nossa consciência é constituída historicamente através dos processos anteriores que se desenvolveram através da linguagem e da necessidade em que o homem tem de se relacionar e de comunicar-se,

[...] descobrimos que o homem tem também consciência. Mas também não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a

maldição de estar “contaminado” pela matéria, que aqui se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência, linguagem é consciência real, prática, que existe para outros homens e que, portanto também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens (ENGELS; MARX, 2007, p. 35).

No entanto, a consciência além de ser responsável pela nossa percepção do mundo sensível, é também a responsável pela ação que o sujeito tem de se relacionar com outro sujeito, por intermédio da linguagem que é a expressão da consciência. “A produção de ideias, de representações, da consciência, está em princípio, imediatamente entrelaçado com a atividade material e o intercâmbio dos homens com a linguagem da vida real” (ENGELS; MARX, 2007, p.93). No entanto, “O ponto de partida para uma análise, tanto quanto possível sistemática, da conscientização deve ser uma compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo” (FREIRE, 1981, p. 53).

Até este ponto foi abordado que a consciência é ferramenta de dominação da classe dominante, que é a responsável pela percepção do sujeito em admirar o mundo e a si mesmo, como também, é responsável pela necessidade que o sujeito tem de se relacionar com outros sujeitos, que é tão antiga quanto a linguagem, sendo então a linguagem a expressão material da consciência e por estar o sujeito permeado pela relação com o mundo que é histórico, a consciência é constituída por intermédio das relações que se estabelecem na época que o sujeito e a classe dominante estão inseridos, sendo está indiscutivelmente constituída na relação de homens-mundo, visto que, “O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, ao qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação” (FREIRE, 1981, p. 52).

Portanto, como já foi expressado, um dos efeitos dessa transformação é a dominação das massas, de sua consciência, que resulta também na dominação de suas relações com mundo, uma relação em que os sujeitos simples acreditam que estão sendo atuantes no mundo, porém estão, “[...] simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como corpos conscientes” (FREIRE, 1987, p. 36).

Estes sujeitos estão com a consciência semi-intransitiva, a qual “não toma suficiente distancia da realidade a fim de objetivá-la e conhecê-la criticamente” (FREIRE, 1969, p. 59), O sujeito que está imerso no sistema de alienação da classe dominante tem uma percepção distorcida da realidade e falta de percepção da maneira que estrutura da sociedade é construída,

já que, esta imersão resulta em que as justificativas para as contradições diárias se encontrem ao puro fatalismo ou até mesmo se justificam considerando o destino como responsável, porque estão com a consciência alienada de si, do mundo e de suas possibilidades de mudança, dado que, “Desta forma, a explicação para os problemas se acha sempre fora da realidade, ora nos desígnios divinos, ora no destino, ou também na “inferioridade natural” de homens e mulheres cuja consciência se encontra neste nível” (FREIRE, 1981, p. 59).

Esta maneira de pensar separa a relação existente entre o sujeito e o mundo, tornando o pensamento estático, pois, “[...] a meta é agarrar-se a este espaço garantindo, ajustando-se a ele e, negando a temporalidade, negar a si mesmo” (FREIRE, 1987, p. 47). Este processo faz com que o sujeito não se reconheça como agente transformador de sua realidade, como também, o separa do mundo, o torna um sujeito bem comportado vivendo em um mundo de injustiças, esta consciência semi-intransitiva está imersa na objetividade em que “[...] a consciência seria incapaz de voltar-se criticamente sobre a realidade concreta que a condiciona” (FREIRE, 1981, p. 54). Já a consciência transitiva ingênua, consegue ampliar a percepção da realidade, por mais que ainda esteja no mesmo terreno da consciência “semi-intransitiva” está parte da percepção das problematizações e transformações já realizadas na sociedade e não está totalmente estagnada, porém não está no âmbito da consciência crítica (FREIRE, 1981, p. 60).

Se, ao nível da “semi-intransitividade”, são os problemas vitais os que mais facilmente se destacam, ao nível da transitividade ingênua a capacidade de captação se amplia e, não apenas o que antes não era percebido passa a ser, mas também muito do que era entendido de uma certa forma o é agora de maneira diferente (FREIRE, 1981, p. 60).

O oposto disto, da consciência semi-intransitiva, é a consciência crítica, o pensar crítico, em que o sujeito está ciente de sua relação com mundo, tem a percepção de que é o resultado histórico e cultural da sociedade em que está inserido, possui a noção do seu papel de atuação e transformação do mundo, reconhece seu papel atuante do mundo, que sua ação gera transformação, “não aceita dicotomia mundo-homem, reconhece entre eles uma inquebrável solidariedade” (FREIRE, 1987, p. 47). Solidariedade que abrange a relação histórica e cultural entre homem-mundo, no reconhecimento que a ação do sujeito em uma época gera consequências na próxima época, isso significa que as ações dos sujeitos em uma época específica irão repercutir em menores ou maiores consequências na próxima co-criação de mundo, sendo a visão crítica, “[...] uma ação totalizada que incide sobre uma totalidade, que é

a realidade que será transformada, sem que isto signifique que a nova realidade que vai surgir não esteja marcada pela anterior” (FREIRE, 1983, p. 41).

Em ambas formas, “[...] pensar, como qualquer outro ato, está indiscutivelmente ligado a uma linguagem e a uma estrutura como a uma forma de atuar” (FREIRE, 1983, p. 19). Desta maneira a relação homem-mundo que é histórico e cultural é constituída pela ação do trabalho e linguagem-consciência na qual a intersubjetividade e intercomunicação são características do mundo cultural e histórico e o sujeito se relaciona em um ato cognoscível e dialético com o objeto e a realidade, que são os mediatizadores da comunicação entre os sujeitos, sendo a comunicação um sistema de signos linguísticos (FREIRE, 1983). Além de que, “o processo de comunicação humana não pode estar isento de condicionamentos sócio-culturais [...] que se constituem no processo de comunicação” (FREIRE, 1983, p. 49).

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação (FREIRE, 1983, p. 44).

Consequentemente o diálogo é um dos aspectos principais na teoria dialógica para a transformação, visto que é por intermédio deste que ocorrera a desmitificação das contradições de vida, como foi apontado também nos subtópicos anteriores, dado que, este faz parte do processo de conscientização dos sujeitos simples, da práxis autêntica,

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento experiencial), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (FREIRE, 1983, p. 34).

Uma das várias contradições a serem problematizadas por intermédio do diálogo, está na ação da classe dominante em coisificar e desumanizar as camadas populares, transformando-as em objetos de sua manipulação, alienando-as e assim transformando a humanização em atributo exclusivo apenas deles, em razão que, “[...] a humanização é uma “coisa” que possuem como direito exclusivo, como atributo herdado. A humanização é apenas sua. A dos outros, dos seus contrários, se apresenta como subversão. Humanizar é naturalmente, segundo seu ponto de vista subverter, e não ser mais” (FREIRE, 1987, p. 30).

Então, na sociedade capitalista a humanização é um aspecto atribuído apenas a classe dominante, um mito passado de geração em geração, constituído pela ideia de que seria

necessário obter alguns atributos específicos para que se considere alguém como sujeito humanizado. Mas, como já expressado - esta ordem injusta é resultado da teoria de ação antidialógica em que os dominadores alienam os sujeitos, hospedando em suas consciências uma prescrição de vida não humana (FREIRE, 1987). “Esta violência, como um processo, passa de geração em geração de opressores, que vão se fazendo legatários dela e formando-se no clima geral” (FREIRE, 1987, p. 25). Porém, esta concepção se nutre apenas de um padrão idealizado de homem e assim de humanidade que, “[...] se nutre de visões de um homem ideal, fora do mundo, de um perfil de homem fabricado pela imaginação [...] à procura de concretização de um modelo temporal, uma espécie de ideia ou de mito, ao qual o homem concreto se aliene” (FREIRE, 1969, p. 50).

Ao contrário desta formulação, a humanização faz parte do sujeito que está em constante relação com o mundo, sendo que não a “possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro” (FREIRE, 1981, p. 17). Uma vez que, “[...] o homem não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um “ser-em-situação”, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da “praxis”, da ação e da reflexão”(FREIRE, 1983, p. 17).

Outro aspecto que é contrário a esta ideia de um homem fabricado está relacionado aos nossos valores socioculturais que estão em permanente construção, porque, somos “capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se” (FREIRE, 1987, p. 53).

Nossa consciência de nós mesmos e do mundo leva-nos a objetificar o mundo, pois no ato de observar conseguimos interagir e transformar o mundo pois temos conhecimento de nós mesmos e de estar no mundo [...] E é enquanto são capazes de tal operação, que implica em “tomar distância” do mundo, objetivando-o, que homens e mulheres se fazem seres com mundo. Sem esta operação, estariam reduzidos a um puro estar no mundo, sem conhecimento de si mesmo nem do mundo (FREIRE, 1987, p. 53)

Contudo, esta ideia de um único modelo de homem é contraditória, pois, não pode o sujeito ser compreendido fora de suas relações com o mundo e com sua capacidade de reflexão, “[...] o sujeito existente reflete sobre sua vida, no domínio mesmo da existência e se pergunta em torno de suas relações com o mundo” (FREIRE, 1987, p. 53). Mas, a humanização foi roubada no processo de coisificação e idealização da classe dominante diante dos sujeitos simples, por isso, “Para alcançar a meta da humanização, que não se consegue sem o

desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das situações limites em que os homens se acham quase coisificados” (FREIRE, 1987, p. 54).

Nos subtópicos anteriores foi abordado a práxis autêntica como processo de desmitificação que englobam a teoria antidialógica para realizar a superação das situações limites entre as camadas populares, da qual, “a grande tarefa humanizadora e histórica dos oprimidos, libertar a si e aos opressores” (FREIRE, 1987, p 17). Portanto, a práxis autêntica envolve processos dialógicos e de humanização.

É como homens que os oprimidos têm de lutar e não como “coisas”. É precisamente porque reduzidos a quase “coisas”, na relação de opressão em que estão, que se encontram destruídos. Para reconstruir-se é importante que ultrapassem o estado de quase “coisas”. Não podem comparecer à luta como quase “coisas”, para depois ser homens (FREIRE, 1987, p. 31).

Ainda assim sujeito são seres de práxis, de ação e reflexão, em que “a história é feita pelos homens, ao mesmo tempo em que nela se vão fazendo também” (FREIRE, 1983, p. 52). Desta maneira, nada está pronto e acabado, porque, “a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultados de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos” (FREIRE, 1987, p. 16). Desta forma, a desumanização do homem é um fato histórico construído pela classe dominante, criando a ideia de que a humanização é um direito apenas daquele que detém o poder, logo, uma grande contradição que precisa ser problematizada, uma vez que,

O humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, por isto, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que fazendo e refazendo as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase *não ser* e passa a ser um *estar sendo* em busca do *ser mais* (FREIRE, 1983, p. 50)

Consequentemente, o processo de conscientização que se dá através da teoria de ação dialógica na práxis verdadeira e na união entre as massas, em que a teoria científica se une as experiências vividas no processo de problematização da codificação da realidade, da origem das contradições, da história, do contexto vivido, neste caso,

O que importa fundamentalmente à educação, contudo, como uma autêntica situação gnosiológica, é a problematização do mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das ideias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da

ciência, enfim, o mundo da cultura, da história, que, resultando nas relações homens-mundo, condiciona os próprios homens, seus criadores (FREIRE, 1983, p. 57).

Conforme expressado até este aqui, o sujeito é um ser de comunicação e a teoria de ação dialógica está embasada no diálogo, sendo a linguagem expressão da consciência, portanto, no processo de conscientização é fundamental que se estabeleça os significados das palavras e das expressões utilizadas por todos os sujeitos que constituem esse processo, diante disso,

Esta problematização, que se dá no campo da comunicação em torno das situações reais, concretas, existenciais, ou em torno de conteúdos intelectuais, referidos também ao concreto, demanda a compreensão dos significantes e dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados (FREIRE, 1983, p. 56)

Assim, durante o processo de conscientização é necessário que haja a codificação do vocabulário dos sujeitos, do seu contexto, história e cultura para o entendimento de sua totalidade. Ao estarem com a consciência intencionada neste processo, irão estar conscientemente se relacionando com o objeto mediador da realidade e do diálogo, um processo individual e coletivo, em que o objeto será decodificado pela problematização de suas contradições na sua totalidade estrutural, estimulando, assim, o pensamento crítico sobre a mediação da realidade objetiva (FREIRE, 1983, p. 63). É neste processo de conscientização da teoria dialógica, na união das massas e dos grupos teóricos que será possível a transformação dos sujeitos coisificados em sujeitos de liberdade de ação, transformação e atuação de suas próprias vidas.

Desse modo, ao realizar essa fundamentação teórica dos conceitos de Freire (1987) correlacionados com os conceitos de Marx (2007), definimos a categoria de análise a ser realizada diante o processo de formação do sujeito nos encontros do LDH, é a categoria de práxis autêntica, que envolve o processo de dialogicidade, o processo de conscientização e o resultado das ações realizadas dentro deste processo. Em que destacamos também o processo de identificação das relações contraditórias encontradas nas falas dos participantes, o desenvolvimento das ideias de superação destas contradições e o resultado final deste movimento, uma vez que a práxis autêntica envolve processos dialógicos e de humanização.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa trata-se do caminho percorrido pelo (a) pesquisador (a) durante o processo de pesquisa, isso significa, a realização de um mapeamento deste caminho e das ferramentas utilizadas no estudo sobre o objeto que irá ordenar o conhecimento acumulado, resultando no desenvolvimento de uma esquematização e reorganização da identificação do material de estudo. Dessa maneira, o embasamento da metodologia desta pesquisa foi construído a partir dos conhecimentos de Triviños (1987) e Ludke (1986), que “para se realizar uma pesquisa, é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (LUDKE, 1986, p. 1).

Sendo assim, o pesquisador necessita estar atento, pois, “[...] o papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa” (LUDKE, 1986, p. 5). Portanto, para esta pesquisa foi abordado a metodologia qualitativa, da qual “ressaltam a importância do ambiente na configuração da personalidade, problemas e situações de existência” (TRIVIÑOS, 1987, p. 128). Como também, “pensa o meio como uma realidade muito mais ampla e complexa, distinguindo nela uma base, ou infra-estrutura, e uma superestrutura” (TRIVIÑOS, 1987, p. 128). Desta forma, esta pesquisa busca visualizar o contexto em que o objeto de pesquisa está inserido, assim como as partes que constituem a sua totalidade, levando em consideração a estrutura social em que estamos inseridos, assim como a estrutura social dos constituintes do objeto.

As ferramentas utilizadas nesta pesquisa para a coleta de materiais foram, o estudo de caso, a observação participante e entrevista semi-estruturada, buscando realizar um estudo sobre sua origem, características e fundamentos. Procurou-se desenvolver com cuidado o conhecimento sobre pesquisa qualitativa de Triviños (1987),

A pesquisa qualitativa [...] parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também a sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procuramos explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana (TRIVIAÑOS, 1987, p. 129),

Como consequência, o estudo de caso nos proporciona um olhar atento ao objeto de pesquisa, pois, esse momento é de descoberta de novos componentes, contextos, características e informações (LUDKE, 1986). Esse momento é importante para o desenvolvimento da

pesquisa porque “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (TRIVIÑOS, 1987, p.133).

Inicialmente, para a realização desta pesquisa, foi necessário realizar uma visita no MPP e conversar com o coordenador de Projetos e Eventos da casa Práxis, em que foi explicado o interesse de se realizar a pesquisa. Em seguida, foi encaminhado pelo MPP uma ficha de protocolo e projetos a serem preenchida, em que foi esclarecido a natureza e o problema da pesquisa. Assim, após o preenchimento deste requerimento, os membros do MPP discutiram e votaram juntos, a favor da pesquisa e se puseram a ajudar com qualquer dificuldade encontrada no decorrer do processo (ANEXO - A).

Em seguida, foi realizado um trabalho de observação dos encontros do LDH, em que foi detalhado a descrição dos sujeitos, a reconstrução de diálogos, descrição do local, descrição dos eventos e das atividades, como também reflexões e a indicação do dia, horário e local (LUDKE, 1986).

Outra ferramenta utilizada para a coleta de materiais da pesquisa foi a entrevista semiestruturada, com um roteiro para guiar os tópicos principais ajudando a não nos desviar dos questionamentos principais, que foram construídos com a ajuda do orientador e coorientadora desta pesquisa. A entrevista foi realizada dentro da Casa Práxis, como data e hora marcada. Desta maneira, a entrevista semiestruturada contou com nove questões que ajudaram a não perder o foco ou se desviar dos objetivos principais de investigação, a entrevista durou três horas, foi gravada e depois transcrita. Houve a preocupação em manter o entrevistado livre para falar, foi dado espaço para ele se aprofundar em cada assunto abordado, assim como também, se manteve respeito pelos seus valores, preocupações e opiniões durante todo momento. Outro cuidado indispensável durante a entrevista foi a atenção para não induzir respostas, deixando o entrevistado se expressar livremente.

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. “O Movimento Popular Práxis é um movimento político sociocultural que existe na cidade de Tatuí desde o ano de 2010” (PRÁXIS, 2019). Inicialmente gostaria que falasse sobre a origem do movimento. Quais foram os desafios e perspectivas do início e quais/quem foram as inspirações. E por que Práxis?

2.. Quais são as lideranças do movimento e como essas funções são mantidas?

3.. Quais significados foram construídos ao longo do tempo entre os fundadores e membros do movimento social?

4. “Como” e qual processo foi realizado para manter os sujeitos ativos dentro do movimento?

5. Quais objetivos o Movimento Popular Práxis conseguiu alcançar?

6. Quais conflitos do sistema conseguiram romper, e quais ações foram utilizadas nesse processo?

7. Segundo as informações sobre o Movimento Popular Práxis na página do *facebook*, “O lema do grupo é "Somos feitos pela história que fazemos" e levanta a necessidade de colocar o jovem como autor de sua própria história. "Práxis" é um termo do filósofo, sociólogo e jornalista Karl Marx, e significa a conciliação da prática e da teoria em prol a efetividade. É um conceito filosófico que entende o homem como objeto e autor da sua própria história. Não devemos meramente nos subjugarmos aos contextos históricos, uma vez que somos capazes de modificá-los” (PRÁXIS, 2019). Além de Karl Marx existem outros teóricos que inspiraram a construção do movimento? E quais são as ações realizadas para modificar os contextos históricos que estamos inseridos?

8. Gostaria que expressasse inicialmente quais foram os desafios coletivos e como isso se deu? Em seguida descreva os objetivos em comum e como foi realizado o movimento de construir solidariedade e identidade coletiva no grupo?

9. Existem ações/atividades que realizam a reflexão sobre a criação de novos aspectos culturais existentes no cotidiano que fomente uma nova reflexão sobre símbolos culturais dados transformando-os a novas manifestações culturais?

Inicialmente foi realizado uma fundamentação teórica sobre alguns conceitos das obras de Marx (2007), por ser uma das principais referências do MPP. Desta maneira, por se tratar de um ensino não escolar de sujeitos baseado no materialismo histórico dialético, as obras de Freire (1987) se correlacionam com os conceitos de Marx (2007), sendo suas obras a principal referência deste trabalho. Portanto, as análises das observações realizadas no LDH se baseiam na categoria de práxis autêntica que contemplam a teoria de ação dialógica para a transformação e humanização para identificar se existem parâmetros freireanos na realização da formação do sujeito.

CAPÍTULO 4: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO LDH DO MPP

A Análise do LDH foi embasado na categoria de práxis autêntica referente a obra de Freire (1987), que envolve processos dialógicos e de humanização. O LDH é um espaço de democracia participativa em que as pessoas têm o poder de decisão sobre a ação do mandato do Vereador Eduardo Sallum e as ações deliberativas construídas neste espaço irão ser formuladas e aplicadas a proposta política do mandato. O LDH é dividido em três etapas, a 1º é reservada para reivindicações de qualquer ordem para ser enviadas para a Prefeitura em forma de requerimento, sendo esta uma ferramenta do vereador para fiscalizar o poder executivo da cidade. A 2º etapa do laboratório é restrita a discussão de uma pauta que é proposta durante os laboratórios pelas pessoas que estão presentes ou uma pauta que já vem sendo trabalhada ao longo do ano. Os últimos 30 minutos é separado para encaminhar as reivindicações e uma pequena discussão sobre o que as pessoas dentro deste espaço participativo esperam do MPP.

Durante o tempo que estive presente no LDH o tema proposto para discussão foi “Violência Obstétrica”, este tema foi escolhido a partir de um depoimento sobre violência obstétrica ter chegado ao LDH por intermédio de uma participante. Desta maneira, por meio de uma votação, todos os presentes acharam válido realizar uma pesquisa sobre o tema proposto. Ao decorrer dos encontros, foram realizados uma coleta de relatos pelo NFRR por intermédio de suas redes sociais (*facebook e instagram*) em que descobriram casos antigos e atuais de violências cometidas contra a mulheres durante o trabalho de parto.

Para um dos encontros o MPP convidou uma enfermeira formada em parto humanizado para debater sobre o assunto com os participantes do LDH, tornando possível interpretar esta realidade de maneira teórica, crítica e objetiva. Após discussões e análises dos relatos das mulheres que passaram por violência obstétrica, foram construído em coletivo uma legislação em que ficou instituído o “Parto com dignidade em Tatuí”⁴, que proíbe os (as) médicos (as) de fazer uma série de procedimentos, não só ao (à) médico (a), mas também a instituição de saúde que estiverem omissos a estas questões, orientando também os profissionais de saúde sobre como devem ser realizado os procedimentos que garantem os direitos de um parto humanizado. Essa legislação também permite a entrada de doulas para acompanhar os partos, além de cartazes e propagandas para uma ouvidoria própria para reclamações e denúncias de mulheres que se sintam violentadas no parto. Nos subtópicos seguintes será abordado a execução dos encontros do LDH pautados na categoria de práxis autêntica, segundo Freire (1987), que

⁴ A legislação está anexa ao final do trabalho

abrange a prática dialógica, conscientização e humanização. Dentro desta categoria será destacado também o processo de identificação das relações contraditórias encontradas nas falas dos participantes, o desenvolvimento das ideias de superação destas contradições e o resultado final deste movimento.

4.1 Laboratório de direitos humanos mês de agosto

Local: Casa Práxis

Atividade: Início da discussão sobre a nova pauta a ser trabalhada.

Dia: 03/08/2019

Horário: 14:00 às 17:00

Quantidade de participantes: 11

No encontro passado ocorreu uma votação para a escolha da nova pauta a ser trabalhada pelos integrantes do MPP e pelos participantes do LDH, os temas sugeridos estavam entre “Violência obstétrica” e “O que acontece com as crianças que sofreram abuso sexual na cidade”. A escolha final foi “Violência Obstétrica”, a vista disso, esta pauta foi instituída a partir dos participantes que ali estavam presentes junto dos integrantes do LDH, conseqüentemente, este foi o objeto de análise crítica da realidade foi abordado diante do processo histórico, comunitário e real. Como vimos na fundamentação teórica, o tema proposto foi escolhido e sugerido pelos (as) próprios (as) participantes do LDH, assim como a partir da obra de Freire (1987), são os (as) próprios (as) oprimidos (as) que devem realizar a denúncia das contradições vividas, pois as denúncias devem ser realizadas diante da percepção de mundo que carregam.

Durante este encontro os participantes compartilharam suas experiências, relatos de amigas (os) e dúvidas sobre o tema proposto através do diálogo em torno das considerações, dúvidas e esperança de cada um (a). Compartilharam entre si ideias para superar esta contradição e por fim estabeleceram um processo de organização para os futuros encontro. Neste ponto fica claro que existiu a união entre os indivíduos e que a construção do diálogo ocorreu de forma horizontal, assim como Freire (1987) relatou sobre o dever da construção do diálogo verdadeiro entre as lideranças revolucionárias e as massa.

Diante as experiências e relatos deste encontro existem várias contradições das quais foram classificadas segundo o referencial teórico das obras de Freire (1987), 1º como denúncias, em razão de que no diálogo dos participantes encontramos relatos em que a maternidade de Tatuí-SP negou a entrada de um (a) acompanhante a gestante, houve a realização de procedimentos invasivos, maus tratos cometidos a gestantes na hora do trabalho de parto e a naturalização dessas práticas pelos profissionais, como também pelas mulheres que já passaram por essa situação: “Não é permitido acompanhante na maternidade, uma amiga minha fez o parto sozinha, se sentiu horrível, desprotegida” (Participante 1). Nesta primeira fala encontramos uma situação de negligência Aqui observamos que ao negar a entrada de um (a)

acompanhante, a instituição de saúde, a maternidade, estava utilizando o processo de alienação da paciente, contra ela mesma. Se a paciente tivesse informação, ela saberia que é um direito entrar com um (a) acompanhante dentro da maternidade. Então este é um dos resultados da teoria antidialógica, que nega ao sujeito de ser sujeito, ao limita-lo (lá) de utilizar seu próprio direito.

Aqui em Tatuí a gente tem um histórico de violência obstétrica de muitos anos, [...] tem casos diários de enfermeiras sentando em cima de gestantes para que a criança saia mais rápido. Pensa você está sem acompanhante, com medo, amarrada na maca porque eles amarram na maca e aí a pessoa vem e senta em cima de você, não tem o que fazer, não tem ninguém vendo o que está acontecendo com você (Participante 3).

Já nesta fala observamos uma situação histórica e de agressão. Que já se tornou parte do processo de alienação durante os procedimentos realizados no trabalho de parto e também um resultado histórico de ação dos próprios sujeitos. No entanto, muitas das vezes o sujeito se encontra alienado e não consegue identificar tal ação como uma contradição, assim como citou Freire (1987) e observamos na fundamentação teórica.

“No entanto, você escuta mulheres mais velhas dizendo que isso é normal, processos que machucam, enfermeiras que xingam” (Participante 4). Aqui enxergamos uma fala de naturalização e de desumanização em que podemos relacionar com o fato de que muitas vezes os indivíduos consideram essas ações como algo já determinado e imutável. Entretanto, como já vimos na referencial teórico, somos sujeitos históricos, de ação e com capacidade de transformar essas contradições.

No processo de superação destas contradições enfrentadas por gestante, os (as) participantes do LDH propuseram ideias iniciais para o enfrentamento desta opressão, dando exemplos de outros municípios, propondo a criação de cursos para gestantes e profissionais de saúde, sugerindo também a realização uma coleta de dados por intermédio de uma pesquisa em que a pessoa possa relatar sua experiência anonimamente, para assim, depois que avaliarem os casos, realizarem um projeto de lei para impedir que essas contradições aconteçam. Foram indicados também a realização de uma pesquisa referente às leis municipais, estaduais e federais. E uma pesquisa sobre as legislações de outros municípios, para criarem um projeto palpável que explique o que é violência obstétrica, sendo sugerido também que seja realizada uma denúncia ao ministério público.

“Lá em Porto Feliz tem cartazes falando sobre o parto humanizado, explicações, bem na frente do hospital” (Participante 1). Nesta fala observamos um exemplo da ação de

conscientização no sentido freireano sobre parto humanizado em outro município, isto é uma prática de compartilhamento de informações, o que pode ocasionar na problematização sobre procedimentos que muitas das vezes não são nem conhecidos pela população marginalizada.

“Podia lançar uma pesquisa para as pessoas compartilharem relatos anonimamente” (Participante 4). Já aqui reparamos uma fala sobre a possibilidade de coletar relatos de uma maneira que as pessoas tenham coragem de falar sobre suas experiências, o que possibilitaria um lugar de fala para quem sofreu com essa violência, mas que não quer realizar o relato publicamente. Dessa forma, tal prática pode fazer com que o sujeito tome seu lugar de fala e se torne sujeito, assim como, encontramos nos estudos sobre a obra de Freire (1987), que o sujeito para realizar a ação de transformação, precisa primeiro se considerar como sujeito, sendo que é por intermédio do encontro da própria fala e no encontro com o outro, que se tornará sujeito atuante de seu meio.

“Acho que tem que ter um requerimento em relação de existe algum curso sobre o parto humanizado para os profissionais de saúde e para as gestantes” (Participante 2). Nesta fala consideramos o questionamento sobre a existência de cursos sobre parto humanizado para os profissionais de saúde e para gestantes, já que, esse seria um processo de conscientização enriquecedor, caso existisse. Este ponto retoma a ação dialógica contra a alienação, se os profissionais de saúde recebessem cursos sobre violência obstétrica e parto humanizado, conseguiriam identificar quais práticas são agressivas e invasivas das práticas que não ferem a paciente, logo essa ação estaria ligada a categoria de práxis autêntica, porque iria unir a teoria com a prática, resultando em um processo de transformação da realidade dentro das instituições.

“A gente pode fazer uma lei sobre a violência obstétrica que vá tentando consertar essa questão” (Participante 5). Aqui presenciamos a sugestão de construção de uma lei para regularizar essa questão do parto humanizado, unindo uma visão microssocial, o saber popular e o saber político, de estrutura macrossocial, proporcionando uma união de saberes. Ficando evidente que a prática da união entre os saberes da estrutura da sociedade com o saber popular gera um novo conhecimento aos participantes e assim uma nova visão sobre futuras ações a serem trabalhadas para a transformação desta realidade. Dado que durante este trabalho foi expressado sobre a importância da união do conhecimento teórico com o conhecimento das massas, em que Freire (1987), relatou muitas vezes em sua obra, que esse é um dos papéis fundamentais das lideranças revolucionárias. A vista disso, Freire (1987) comunica que é de extrema importância que cada vez mais que os grupos que detêm saber científico se unam as

camadas populares da sociedade para construírem um conhecimento em conjunto para atuarem juntas diante as contradições da sociedade capitalista.

“Acho que a gente tem que avaliar direito os casos, as leis municipais, estaduais e federais” (Participante 7). Nesta fala consideramos a sugestão da realização de uma pesquisa sobre leis, o que propiciou a busca por um saber teórico referente a estrutura social para ser trabalhado diante da contradição encontrada. Os (as) próprios (as) participantes sugerem a busca pelo conhecimento estrutural tanto do município, como do Estado e do País, referindo-se ao conhecimento macrossocial, político e constitucional seja estudado, para conseguirem visualizar possíveis alternativas de mudança.

“A gente vai denunciar para o ministério público que o poder público não está cumprido com a sua obrigação do parto humanizado, então a gente cria uma demanda para que ele cumpra sua função como poder público” (Participante 6). Aqui observamos que houve a sugestão de denunciar a contradição encontrada ao poder público, sendo está uma visão sobre conhecimento legislativo unindo-se mais uma vez ao conhecimento popular. A vista disso, durante este encontro conseguimos observar que houve algumas denúncias realizadas e identificadas nas falas dos participantes, que os (as) próprios (as) trouxeram o tema para a discussão. Como também, houve a união do conhecimento teórico com o conhecimento popular, sendo estes alguns dos pontos necessários para a realização das práxis autêntica. Em que, segundo Freire (1987) e Marx (2007), é por intermédio do próprio sujeito que a denúncia e transformação podem acontecer. Assim como no processo de desmitificação é necessário que haja a construção de um diálogo horizontal, em que o objetivo da liderança revolucionária seja o mesmo dos (as) participantes.

4.2 Laboratório de direitos humanos mês de setembro

Local: Casa da Práxis

Atividade: Discussão teórica sobre parto humanizado.

Dia: 07/09/2019

Horário: 14:00 às 18:00

Quantidade participantes: 17

Convidados (as): Enfermeira com formação em Parto Humanizado (Parteira)

Neste encontro o MPP convidou uma enfermeira que tem formação em parto humanizado para desmitificar algumas questões sobre o parto, esclarecer dúvidas, relatar suas experiências, trocar informações e apresentar algumas soluções. Realizaram também a leitura do esboço do projeto de lei para que os participantes e a convidada opinassem sobre sua construção e para introduzir pontos se necessário.

As contradições encontradas na fala dos participantes corroboram em partes as denúncias realizadas no encontro anterior, uma vez que foi encontrada nas declarações aspectos sobre a falta de informação que as mulheres têm sobre seus direitos referente ao parto, insultos realizados pelos profissionais de saúde, a naturalização da opressão, o sentimento de medo que é passado de geração em geração, a naturalização também dos procedimentos invasivos ao uso indevido de medicamento para acelerar o nascimento da criança.

Tem toda aquela mitificação do parto, a mulher não tem informação, ela não sabe o que está acontecendo com o corpo dela, vai ter que ficar sozinha, sem acompanhante, você não consegue conversar com ninguém, fica com mais três mulheres que estão parindo, uma gritando de um lado, outra gritando do outro, recebendo insultos dos enfermeiros (Convidada).

Aqui encontramos uma fala que denuncia a falta de conhecimento, falta de empatia e também de agressão verbal em torno da mulher gestante, posto que, foram alguns dos aspectos comentados pela convidada que detém conhecimento científico sobre o tema. Conseqüentemente, a visão da convidada que detém o conhecimento científico sobre o assunto, contempla as denúncias anteriores realizadas pelos (as) participantes. Logo, esse ponto abrange a visão que já destacamos no 2º capítulo, sobre a concepção de Freire (1987), de que todos os indivíduos são sujeitos de saberes.

Uma coisa que você falou que eu acho muito importante, que tem que mudar a forma de nascer, e é exatamente isso, é cultural aqui em Tatuí, as vezes é o mesmo médico que vai fazer o meu parto, e fez isso no parto da minha mãe, e

para minha mãe foi normal isso, e nunca foi uma problemática dentro na minha casa, e quando chega a hora de fazer o meu parto é assim mesmo, isso é muito cultural aqui, os médicos respeitados e você ter que aceitar o comportamento dos médicos, porque foi assim que eu nasci também (Participante 6).

Nesta fala enxergamos a contradição que está atribuída a naturalização da autoridade, de negligência e da cultura obstétrica realizada na cidade, como também, a falta de construção de um diálogo sobre esse assunto com as mulheres que já passaram por esse processo de desumanização e justamente por isso naturalizaram essa opressão. Aqui ficou exposto o sistema de dominação da cultura de um povo e do conhecimento. Sendo este, um fato da sociedade capitalista, que consegue através do processo de alienação utilizado pela classe burguesa, dominar e naturalizar historicamente práticas de ações desumanas, que com o tempo se tornaram naturais e aceitas pela sociedade:

Isso é totalmente refutável, porque como você compara uma lesão já com uma outra que foi feita espontaneamente, aí você vai entender como foi realizado esse parto, vão realizar um corte para aumentar o espaço, vão subir em cima da sua barriga, é diferente do parto que respeita a fisiologia da paciente, se ela quer parir deitada, de cócoras, então a gente vai tirado o fisiológico para justificar as intervenções. A oxitocina, então entrou em trabalho de parto e já aplicam o soro, que aumenta três vezes mais a dor, as vezes nem é necessário, aí você começa a estudar e aprende que o soro é a principal consequência do sofrimento, então entra aquela avalanche de intervenção. Primeiro está sozinha, com medo, dor, tem que nascer rápido porque tem mais três lá em trabalho de parto, vão colocar ocitocina, vão colocar na mesa de parto, está demorando vão subir em cima da barriga para que o bebê nasça rápido porque ela não sabe fazer força, esse bebê nasce é levado para longe da mãe, a amamentação é totalmente atrapalhada (Convidada).

Aqui nos atentamos ao relato da convidada, de que existem dentro do processo de trabalho de parto uma série de intervenções muitas vezes desnecessárias, como também existem a falta de respeito pela paciente e a pressão para realizar o trabalho de parto o mais rápido possível, gerando uma série de agressões. Mais uma vez aqui está um processo de desumanização do sujeito, que começa desde a hora do seu nascimento. Fato que a convidada relatou com base em sua experiência profissional, uma denúncia dos processos de violência que passa o sujeito dentro da sociedade capitalista, dado que, nem na hora do parto existe dignidade, quem dera durante o seu processo de crescimento dentro de uma sociedade desigual que visa o lucro acima de tudo, por isto, é de grande importância que realizemos a práxis autêntica para

que consigamos transformar esses fatos históricos, que são construídos através dos próprios sujeitos.

As ideias de superação no segundo encontro sobre este tema, demonstram que os (as) participantes mantiveram algumas perspectivas anteriores, como, a criação de cursos para os profissionais da saúde, a sugestão de procurar exemplos de outros municípios, a realização de uma denúncia ao ministério público, a continuarem com a coleta de relatos, a indicação para a construção de um projeto de lei que pressione os profissionais da saúde e as instituições de saúde a realizarem um trabalho humano e também a recomendação de produzir um material informativo a serem distribuído pelas redes sociais do MPP:

“A partir do relato foi constatado que os funcionários são mal treinados e têm desconhecimento de informações, seria necessário obrigar a prefeitura a treinar adequadamente os funcionários” (Participante 1). Consideramos que nesta fala a participante acredita que o conhecimento seja a parte fundamental para a superação desta contradição. Podemos concluir que os próprios (as) funcionários (as) não saibam diferenciar as práticas invasivas das práticas que respeitam as pacientes. Visto que a violência obstétrica é um fato histórico e essas práticas vêm sendo realizadas a muito tempo sem problematizações, fica difícil exigir que haja transformação se os próprios funcionários (as) não identificaram que tais procedimentos são invasivos. Dado que estamos diante de uma sociedade dominada e alienada é necessário que haja a conscientização desses (as) funcionários (as). Desse modo, a fala deste (a) participante abrange o processo de práxis autêntica, porque essa ação seria a continuidade do processo de transformação desta contradição.

A gente tem que emergencialmente trabalhar com a coleta destas denúncias, para assim, construir uma legislação para ser levada na câmara, a gente cria o programa para a prefeitura e diz você deve fazer isso, isso é legal porque, a pessoa que não está recebendo devidamente o serviço público dentro da instituição aí ela pode estar reivindicando isso para o servidor, (Participante 5).

Aqui percebemos que o principal meio de superação para a contradição está centralizado na criação de uma legislação, e que o conhecimento sobre políticas públicas está presente em todos os encontros dos LDH, sendo esse um conhecimento teórico utilizado para ajudar a superar a violência obstétrica em Tatuí-SP. Isto posto, no início deste trabalho foi descrito, através do embasamento teórico, realizado sobre Marx (2007) e Freire (1987), que somos sujeito de ação, de transformação, que não estamos vivendo em um mundo estático, mas sim em um mundo dominado pela classe burguesa, pela falsa democracia e pelo Estado, desta

maneira, a criação desta legislação será o principal meio de atuação dos sujeitos diante a violência obstétrica.

“Tenho uma sugestão da gente enquanto coletivo produzir material e fornecer nas redes sociais para as pessoas terem esta informação” (Participante 1). Nesta fala, o (a) participante sugere que o conhecimento construído no LDH seja compartilhado com mais pessoas, sendo este, um ponto que pode ser utilizado para que mais sujeitos observem a existência desta contradição ou que venham a ter o conhecimento de que passaram por um processo de violência. Porque, nas falas anteriores foi visualizado que essas práticas são muitas vezes naturalizadas pelas mulheres. Esta proposta ao ser realizada irá possibilitar que mais pessoas encontrem seu lugar de fala e venham por ventura denunciar tais procedimentos. Uma vez que venham a ter conhecimento do que se trata a violência obstétrica, podem identificar e desmitificar tais ações. Logo este, faz parte do processo da práxis autêntica citada por Freire (1987) como vimos na fundamentação teórica, em que o conhecimento construído através da massa com a liderança revolucionária seja compartilhado com mais pessoas que talvez não tenham acesso a esse conhecimento, mas que possam ter passado por essas circunstâncias .

“Vamos deixar a lei acessível para todos e no próximo laboratório vamos discutir o que precisa acrescentar” (Participante 1). Aqui nesta fala a (o) participante sugere que a legislação em processo de construção seja compartilhada com todos para realizarem uma discussão, desta maneira, um processo realizado em conjunto com aqueles que adquirem conhecimento teórico sobre legislação com as pessoas que denunciaram a violência obstétrica. Diante desta fala, conseguimos identificar o processo de construção em conjunto, assim como relatou Freire (1987), que diante do processo da práxis autêntica é necessário que haja a união das massas, através do coletivo, da comunidade, através do diálogo horizontal, em que as falas dos indivíduos são levadas em consideração, ou seja, um processo de transformação e de atuação realizados por todos, já que um sujeito sozinho não consegue fazer revolução.

Eu acho importante a gente continuar coletando denúncias, para termos um dossiê em mãos para ser levado ao ministério público, lógico tem que encaminhar as denúncias para que se abra um inquérito sobre isso, mas como estamos pensando em políticas públicas, no coletivo, precisamos organizar o dossiê para convencer o ministério público a pressionar o órgão executivo que tem que haver a política pública do parto humanizado garantido no setor público é um dos canais, porque a gente está do lado fraco da coisa não tenho o poder na mão, por mais que eu seja um vereador, tem mais 16 vereadores comigo, e eu tenho o papel de fiscalizar e propor lei, quem executa mesmo é a prefeita, o secretário então a maioria dos caminhos que a gente puder ir, usar várias estratégias juntas é um negócio (Participante 5).

Aqui, nesta fala testemunhamos novamente que o conhecimento sobre políticas públicas está unido as práticas que buscam superar a contradição, portanto, existe neste processo a união de conhecimentos. Mais uma vez o processo de teoria e prática está sendo realizado, visto que não possível realizar a práxis autentica apenas com uma dessas ações, então nesta fala conseguimos identificar novamente o processo desta prática freireana.

Para este encontro o MPP convidou uma enfermeira que se especializou e trabalha há 16 anos com o parto humanizado para compartilhar seu conhecimento com o grupo. Neste ponto, segundo as obras de Freire que foram analisadas no começo deste trabalho, a “liderança revolucionária”, ou seja, o MPP convidou uma pessoa que detém conhecimento teórico e prático para realizar a discussão em conjunto com todos (as) participantes presente, para construírem um diálogo e compartilhem as percepções que cada um (a) têm sobre o assunto, para assim construírem em conjunto um novo olhar sobre a situação denunciada. Sendo este um dos da categoria freireana do processos da práxis, a união do conhecimento teórico com o conhecimento subjetivo de cada um sobre uma realidade objetiva, que neste caso é a contradição presente no trabalho de parto, a violência obstétrica.

Ouvindo vocês um pouco, as vezes a gente não tem ideia do que é o parto humanizado, às vezes acham que é com velas dentro da piscina, mas na verdade a cesariana pode ser humanizada, respeitosa, mas o que a gente tem visto muito é que as mulheres não têm informação, elas não são empoderadas, não sabem que o corpo delas é perfeito é perfeito para parir, ela tem o direito de acompanhante, é lei, mas eles não deixam porque dizem que não tem estrutura para receber acompanhante (Convidada).

Nesta fala percebemos o início de um diálogo do qual a convidada começou a problematizar junto com os participantes, as visões mitificadas sobre o parto humanizado e sobre os processos de violência que foram denunciados. Dessa forma, a convidada realizou um trabalho de interpretação da realidade com os sujeitos, que levou a desmitificação de interpretações construídas através de alienações sobre o que é parto o humanizado, sendo este processo de interpretação da realidade com o objetivo de construir um novo conhecimento em colaboração com as massas fazendo parte também do processo de práxis autentica.

Um olhar sobre a enfermagem sobre a humanização do nascimento: Então pessoal eu trouxe umas fotos porque quando a pessoa não é da área ou não se informou, não tem ideia do que é o parto humanizado, então eu só vou passar essas fotos bem rapidinho tá, foi uma apresentação que eu fiz para o serviço de enfermagem. Só para vocês saberem existe uma pesquisa realizada a cinco anos atrás que evidencia quais são as características do nascimento aqui no

Brasil, o artigo se chama Como é Nascer no Brasil. Que a cesárea está aí cada vez maior, nós sabemos que quando a mulher é negra e pobre o parto é muito mais difícil e esta parte é muito triste de ler e entender que isso realmente acontece, que quanto mais anos de estudo as mulheres têm menos é a chance de conseguirem realizar um parto normal (Convidada).

Neste trecho, a convidada apresentou um material científico para os participantes do LDH, trouxe imagens de seu trabalho, dados sobre a quantidade de parto normal e de cesáreas realizados no país, relatos de mulheres que tiveram a oportunidade de escolher o parto humanizado, entre outros, em que a convidada compartilhou seu conhecimento para ajudar o processo de construção da legislação e para desvelar junto com participantes questões mitificadas contemplando assim, mais uma vez o processo da teoria dialógica de que Freire (1987) relatou em suas obras como processo de práxis autêntica.

Foi lançado também uma campanha para estimular as mulheres que querem realizar a cesariana esperarem até a hora do trabalho de parto. Atualmente existe uma diretriz que fala como tem que ser um parto adequado, então hoje a mulher escolhe o lugar que vai acontecer o parto dela, pode ser na casa, no hospital ou na casa de parto. Fala também sobre o apoio físico e emocional, durante o trabalho de parto, a mulher não precisa ficar em jejum, a todo momento tem que avaliar o bebê, isso é uma das coisas que acontecem aqui na maternidade, às vezes a mulher é internada e ninguém vai lá escutar o bebê, pelo contrário fazem exame de toque de uma em uma hora sendo que não é necessário, e o bebê que precisa ser ouvido não acontece (Convidada).

Aqui neste relato, a convidada ajuda os participantes a entenderem com base na experiência profissional e conhecimento teórico, alguns aspectos sobre a cesárea. Compartilha conhecimento sobre diretrizes do parto humanizado que é de extrema importância para a construção da legislação. Bem como, conhecimentos sobre questões fisiológicas das pacientes. Consequentemente, a sua interpretação favoreceu e auxiliou os conhecimentos dos (as) participantes, enriquecendo a discussão e contribuindo com a construção de atuação dos sujeitos deste coletivo.

A doula é diferente do profissional da saúde, a doula vai escutar a mãe de uma forma diferente, vai proporcionar um outro olhar e aqui em Tatuí eles não sabem a diferença. Você pode gritar, a vontade, porque vocalizar é bom, abraçar, ter acompanhante, além de valorizar é o suporte que ela precisa no momento, fazer ele fazer parte do processo, pode dançar que libera ocitocina, vai chegar o momento certo de fazer força, a mulher sabe o momento de fazer força (Convidada).

Neste relato a convidada aponta que os (as) profissionais de saúde da cidade não sabem a diferença entre a realização de um tratamento que respeite a subjetividade da paciente, portanto, fica claro que é necessário estabelecer um meio de comunicação problematizadora e consciente com esses (as) profissionais, a fim de conseguir dar continuidade ao processo de práxis autêntica. Dado que, Freire (1987) deixa claro em suas obras que além do processo realizado durante a problematização e conscientização é preciso ir além, e neste caso, o além, está relacionado em conseguir realizar este processo de interpretação da realidade com esses (as) profissionais.

Não existe nenhuma evidência que comprove que você precisa cortar o perímetro da mulher, quando a gente estuda sobre isso a gente sabe que existe uma interferência muito forte da medicalização no parto, de colocar a mulher deitada. Quando a mulher está no momento de parto deve ser respeitada a individualidade, e a questão da religiosidade tem que ser respeitada, quando a mulher entra no hospital e deixa toda a sua subjetividade de fora, não respeita a mulher (Convidada).

Já aqui, a convidada realiza uma interpretação referente as denúncias que foram realizadas nos outros encontros, deixando claro que procedimentos invasivos são desnecessários e que é de extrema importância levarem em consideração a visão de mundo dessas pacientes durante a realização de um parto humanizado, desde sua religião e sua individualidade. Assim como, Freire (1987) e Marx (2007) descreveram que durante o processo da práxis autêntica é necessário que a subjetividade do sujeito seja levada em consideração, que as denúncias deverão ser realizadas perante o horizonte dos seus olhares, que a construção individual de cada um é de extrema importância para o processo de desalienação da realidade.

Quando escolhemos a área da saúde obstétrica a gente tem que olhar que a mulher tem que ser o centro da situação. Por isso a gente tem que estudar muito, rever os nossos conceitos, porque medicina baseada na ciência, não significa medicina baseada na minha experiência de 20 anos na maternidade de Tatuí, por isso a gente tem que estudar. Deixo meus parabéns para vocês estarem tratando disso, para que se faça uma diferença na vida das futuras mães (Convidada).

Está fala demonstra sobre a importância de estudar e de deter conhecimento para a realização de um trabalho humanizado. Da mesma maneira, Freire (1987) explica que é necessário continuar estudando após o processo de conscientização e continuar buscando conhecimento para realizar o desvelamento do sistema e de sua estrutura.

Durante este encontro foi realizado a união do conhecimento teórico e das massas, do conhecimento microsocial unido a ao conhecimento macrosocial, em que houve uma

interpretação da realidade que contemplou as questões que já vinham sendo denunciadas durante os encontros anteriores, sobre as percepções dos sujeitos e subjetividade dos (as) participantes com a da convidada. Proporcionando uma nova visão sobre o parto humanizado e atribuindo novas propostas a construção da legislação. Viabilizando também novas possibilidades de continuação deste processo para além da legislação que está sendo construída. Consideramos que esse encontro se relacionou ao conhecimento de Marx (2007) como também o de Freire (1987), em que é necessário realizar um trabalho dialético entre a subjetividade e objetividade dos sujeitos, que contemple a conscientização diante da realidade que estamos inseridos tanto historicamente e socialmente, para assim resultar em um processo real de transformação.

4.3 Laboratório de direitos humanos mês de outubro

Local: Casa Práxis

Atividade: Leitura e debate sobre o esboço do projeto de lei

Dia: 05/10/2019

Horário: 14:00 às 18:00

Quantidade participantes: 11

Neste encontro foram realizadas a leitura coletiva do projeto de lei, novas sugestões e estruturas de organização para uma futura campanha de apresentação do projeto de lei para a sociedade e câmara municipal.

As contradições encontradas nas falas dos participantes neste dia indicaram a existência da falta de respeito pelas mulheres durante o trabalho de parto e indiferença às necessidades básicas específicas da gestante antes e depois do parto. Novamente a denúncia de procedimentos invasivos, insultos e uso indevido de medicação para acelerar o nascimento da criança e a declaração de falta de orientação e informação para as mulheres denunciarem esse tipo de opressão.

“E o mais comum, é que se você falar com mulheres mais velhas elas vão dizer que é assim que é ter filho, normal, doloroso, humilhante, então com as mulheres a gente tem que trabalhar isso” (Participante 5). Aqui nesta fala presenciamos novamente a existência da naturalização da violência obstétrica por mulheres mais velhas, sendo esse um ponto que é necessário trabalhar diante do processo de práxis, em que venham a ser problematizada essas falas.

“Uma coisa que acontece muito é que a mulher quando entra em trabalho de parto e chega no hospital, é colocada no soro com ocitocina, que aumenta três vezes mais as dores, e acelera o parto” (Participante 1). Neste relato a (o) participante denuncia novamente processos de violência contra a mulher durante o trabalho de parto e procedimentos invasivos que muitas das vezes são desnecessários.

Oxitocina é um hormônio que o próprio corpo da mulher já produz, o que acontece quando injeta a oxitocina no corpo da mulher é estimula a contração do útero, e com essa contração apressa o nascimento da criança, ou seja, o útero com essa aplicação a mais de oxitocina ele faz uma contração bem mais forte. É a mesma coisa quando a gente tem cólica, não é oxitocina, mas é uma contração do útero, agora imagina com uma quantidade elevada desse hormônio fazendo uma pressão para expulsar a criança, querendo ou não o canal vaginal da mulher é uma estrutura extremamente estreita em relação a um filho, imagina a dor que é (Participante 2).

Já aqui uma estudante de enfermagem compartilha com os participantes o conhecimento sobre esses procedimentos invasivos que foram denunciados ao longo dos encontros. Esta fala ajuda a desmitificar as práticas invasivas, facilitando a interpretação sobre essa realidade desumana. Como também, contempla as falas anteriores, destacando que essas são recorrentes nos encontros, portanto, são práticas realizadas constantemente. Logo é de extrema importância levar em consideração todas as falas e as percepções sobre essa realidade diante o olhar de cada sujeito participante, já que é desta maneira, que segundo Freire (1987), que será possível realizar o preceito de transformação histórico e social.

Durante as manifestações desse encontro as sugestões superação das opressões começaram inicialmente com a leitura do esboço do projeto de lei, para futuras propostas a serem inseridas e foram sugeridos também a produção de cartazes informativos para serem distribuídos e colados nas paredes de hospitais e UBS.

Resolvemos construir uma legislação de combate contra a violência obstétrica, mas temos uma dificuldade que o legislativo não pode impor nada no orçamento do executivo, aí a gente pensou em como a gente poderia fazer uma lei dentro da nossa competência, que pudesse ser efetiva contra a violência obstétrica na maternidade, já realizamos uma série de alterações e este modelo ficou assim para avaliarmos hoje (Participante 1).

Nesta fala ressaltamos que a construção desta legislação foi coletiva, através de discussões realizadas nos encontros do LDH. Dessa forma, a construção deste documento foi coletiva, levando em consideração a subjetividade diante da realidade objetiva de cada indivíduo presente. Portanto, a construção deste material se deu através de conhecimento teórico sobre legislação, o parto humanizado e enfermagem em que todos (as) conseguiram inserir e discutir suas opiniões sobre o tema discutido. Como, conseguiram coletar relatos de mulheres que passaram por violência obstétrica na maternidade de Tatuí-SP, para realizarem uma discussão sobre a construção desta legislação.

E muitas mulheres não sabem o que seria a violência obstétrica, então neste projeto vamos estar exigindo que os hospitais, postos de saúde, fixem cartazes nas paredes com a lista de procedimentos violentos, assim como deve ter nesses cartazes os procedimentos para ser realizado uma denúncia caso haja violência (Participante 5).

Consideramos que nesta fala houve a preocupação novamente em divulgar as informações construídas durante os encontros para a população, para que saibam o que é

violência obstétrica e identificar se já sofreram ou não com essa contradição, constituindo este o início de um processo de desvelamento da alienação enfatizado na obra de Freire (1987).

“No postinho de saúde existe um curso durante o pré-natal que ensina como a amamentar, procedimentos com a criança, neste cursinho vocês poderiam pedir para inserir este material” (Participante 6). Aqui um (a) participante sugeriu que esse material seja compartilhado com os postos de saúde, em que existe um curso durante o pré-natal que ensina para as gestantes, procedimentos de como amamentar, dar banho, carregar o bebê, para que elas fiquem cientes sobre essas informações antes mesmo de chegarem na maternidade.

Conseguimos observar a preocupação dos (as) participantes perante a construção deste documento, em que todos (as) buscaram contemplar o resultado das discussões desenvolvidas nos encontros anteriores, como no encontro atual e que desta maneira começaram a se reconhecerem como agentes transformadores de sua realidade.

4.4 Laboratório de direito humanos mês de novembro

Local: Casa Práxis

Atividade: Organização para iniciar campanha e finalização do projeto de lei

Dia: 02/11/2020

Horário: 14:00 às 18:00

Quantidade participante: 8

Inicialmente neste encontro assistimos o curta metragem “Nascer no Brasil: Parto da violência obstétrica às boas práticas” da Fundação Oswaldo Cruz, para iniciarmos em seguida a continuação da leitura coletiva do projeto de lei “Parir com Dignidade em Tatuí”. Do mesmo modo, também foram sugeridas novas ideias tanto para o projeto como para futuras atividades a serem desenvolvidas pelo MPP.

Já neste encontro as denúncias forma em torno da centralização do conhecimento do médico, em que a gestante acabam sendo reféns deste, pois o processo de gestação é solitário e a muitas mulheres tem falta de conhecimento sobre o assunto.

Quando a mulher fica grávida, ela fica muito sensibilizada, ela entra em universo que nunca viveu, e é uma jornada solitária, a gente já vem de uma cultura que deposita todo o conhecimento no médico, o primeiro passo você busca um médico e fica completamente refém deste médico (Participante 2).

Aqui reparamos que a fala do (a) participante denúncia a dependência existente apenas no médico, quando a paciente não tem informação. Consequentemente, conseguimos ver novamente a existência de um processo de dominação do conhecimento e da falta de consideração perante a subjetividade da paciente. Sendo está uma denúncia recorrente nas falas dos sujeitos destes encontros, manifestando assim que perante a própria visão conseguiram identificar um dos processos de dominação das classes burguesas sobre as massas, desta maneira, contemplam de novamente as obras de Freire (1987) e Marx (2007), que são através dos próprios sujeitos que a problematização e desmitificação será possível.

Ao entrar em trabalho de parto a mulher fica refém de toda conduta aplicada ali dentro, no momento de parir você está fragilizada, com medo, com dor, sem suporte, não sabemos nem se vale a pena passar por todo este processo de violência, traumas psicológicos que refletem na mãe e na criança, são processos que desencadeiam outros problemas (Participante 2).

Já aqui observamos que a denúncia estava focada também na dependência, como no resultado destes procedimentos violentos, que podem gerar traumas ou futuras complicações, sendo um ponto necessário a ser problematizado para a construção da legislação. Esta fala contém aspectos que foram observados na maioria dos encontros, sendo algo que faz parte do processo histórico e social da sociedade, conseqüentemente é essencial realizar um trabalho de conscientização sobre os aspectos estruturais da sociedade, assim como está sendo realizado.

No último encontro de 2019 as propostas de superação percorrem as propostas anteriores, a sugestão é proporcionar acesso a informações aos profissionais de saúde, a recomendação de fortalecimento de pequenos projetos que visam a educação de mulheres e de seus (as) parceiros (as), ao conselho para realizar parcerias com profissionais da saúde para informar as mulheres sobre seus direitos e sobre informações do que seria violência obstétrica.

Se a gente não conseguir conscientizar os médicos, enfermeiros, as próprias pessoas que estão presentes ali, podem colocar cartaz, projeto de lei que a gente não vai conseguir mudanças. É necessário estar em contato com palestras, informações, conscientização, oportunidade de ter acesso a informação (Participante 2).

Está fala deixa claro que o processo de práxis não tem uma finalização, mas sim um processo de desenvolvimento constante, que deve ser realizado para ser autêntico, não basta apenas problematizar questões contraditórias é necessário um trabalho árduo para superá-las, esta visão contempla novamente as obras de Freire (1987), relacionada a práxis autêntica, porque, como já vimos, para que haja realmente um processo de práxis autêntica, este processo não pode ter uma finalização, mas sim uma constante luta e trabalho árduo de conscientização através do diálogo:

Se não encontrarmos caminhos para informar as mulheres, e mostrar para elas que é importante pensar em como vai ser o parto, quais os impactos na saúde do filho e da mulher, essas questões não são tratadas com as mulheres, vivemos em um processo fordista, que é de produção em massa, é um tema muito complicado. A chance de isso perder a força no meio do caminho é grande, eu não acredito em grandes mudanças, eu acredito muito mais que é necessário fortalecer pequenos projetos em modelos de educação para mulheres e companheiros (as) (Participante 2).

Da mesma maneira, esta fala contempla a anterior, em que é necessário um trabalho de conscientização que seja realizado constantemente, com a população, para que de fato consigam

superar a violência obstétrica, pois a humanização faz parte do sujeito que está em constante relação com o mundo.

Acho importante procurar parcerias com enfermeiras obstétricas e médicos, porque vai ser importante de trazer essas pessoas para perto porque são pessoas que estão dentro dos hospitais, e educar as mulheres para que elas entendam esses procedimentos que são considerados violentos e desnecessários (Participante 2).

Nesta sugestão de superação percebemos que poderia ser parte do processo de continuação da práxis autêntica, em que as informações sobre violência obstétrica cheguem aos (as) profissionais da saúde.

Tem dois lados que procuramos trabalhar paralelamente, o lado da conscientização, trabalho de base que vai depender de movimentos sociais, ONG's, e o mandato de vereador a disposição para amarrar o servidor público, e empoderamento para as mulheres denunciarem maus tratos (Participante 4).

Vimos que esse relato busca o desenvolvimento de um trabalho para que esse processo possa continuar sendo desenvolvido para a conscientização da população. Diante disso, segundo Freire (1987), o processo de práxis autêntica não levará a finalização desta contradição fundamentado apenas no processo de denúncia ou de organização do conhecimento, mas também sobre a criação de possibilidades para aplicar o conhecimento construído.

Gravamos depoimentos de mulheres e vamos começar agora a campanha, realizar o debate de conscientização, sobre o que acontece na maternidade de Tatuí, falar sobre a violência obstétrica, porque muitas mulheres não sabem que isso existe, às vezes passam por procedimentos assim e acha que é normal, então vamos começar esta campanha para que se crie essa consciência. Foi um projeto criado por participação popular, buscamos prever quais práticas configuram violência obstétrica e algumas medidas para proibir essas práticas, incentivar as mulheres a denunciarem, os procedimentos devem ser justificados e vai ser feito um controle de qualidade no atendimento, tanto do pré-natal, parto e pós-parto. São algumas medidas que estamos prevendo para garantir os direitos, como ter direito a um acompanhante, a doula. Vamos precisar que vocês nos ajudem a compartilhar, a realizar a campanha para o projeto passar (Participante 1).

Este relato é identificável outro aspecto que faz parte do processo da práxis autêntica, que se estabeleceu através da construção conjunta dos (as) participantes do LDH, uma vez que aqui é apresentado o resultado dos encontros anteriores, em que a construção do projeto de lei foi elaborado a partir dos relatos, experiências dos (as) participantes, do conhecimento de uma

parteira profissional, como também, da coleta de relatos de mulheres que passaram por essa opressão e desumanização na hora do parto. Resultando inicialmente em uma legislação que prevê quais procedimentos não devem ser realizados no atendimento dessas pacientes, incentiva as mulheres que sofreram abusos a denunciarem, a instituição e aos profissionais de saúde a respeitarem as necessidades fisiológicas e específicas de cada mulher, o direito a um (a) acompanhante e uma doula no caso da mulher tê-la contratado. Esse projeto prevê também que a paciente tenha acesso a seu prontuário e que seja informada sobre seus direitos.

O projeto de lei é um instrumento para que seja exposto o que é violência obstétrica, tem 21 incisos descrevendo quais são as práticas que se configuram em violência obstétrica, incentiva as mulheres a denunciarem, conscientiza e inibe estas práticas, prevê que a mulher deve ter acesso ao prontuário médico e levar com ela após a aula, ser justificado os procedimentos no prontuário, obriga a mulher a ser informada sobre seus direitos. Prevê que a instituição tenha que fazer uma cinda cãncer administrativa, e se não fizer no caso de uma denúncia ela será considerada omissa. O projeto prevê também que tem que deixar a paciente se movimentar, ter direito a alimentação, a parir na posição que achar melhor, várias coisas neste sentido para que realmente vá mudando essa forma de atendimento (Participante 1).

Nesta fala observamos o processo de trabalho durante os encontros do LDH e quais práticas foram realizadas para o procedimento de superação, sendo este um relato sobre o desenvolvimento da organização do conhecimento teórico unido aos conhecimentos dos sujeitos participantes do LDH, que visou a transformação da realidade objetiva, histórica, social e cultural desta contradição. Como também quais foram os resultados que conseguiram construir.

Ao participar e analisar o LDH sobre a perspectiva freireana na categoria de práxis autêntica, é correto dizer que as reuniões do LDH são constituídas através do diálogo e das contradições denunciadas por seus participantes e que neste processo o MPP uniu a reflexão teórica a realidade contraditória denunciada, significando este um processo de ensino e aprendizagem que ocorreu de maneira horizontal.

Inicialmente os participantes apontaram para um problema que visualizaram por si próprios e junto do MPP construíram uma organização do conhecimento e de ação aplicando a construção deste conhecimento em um projeto de lei. Este processo faz parte da práxis autêntica. Porque a partir da problematização da pauta escolhida, houve a união das visões dos participantes sobre o assunto com conhecimento teórico para realizar uma interpretação da realidade, em que a subjetividade de cada um (a) foi levada em consideração diante da objetividade real que estavam interpretando.

Portanto até este ponto, é perceptível que foram os próprios sujeitos que perceberam a contradição encontrada em suas próprias realidades ao proporem e escolherem este tema a ser trabalhado durante o LDH. Ao realizar o processo de coleta de dados o MPP, o NFRR com os (as) participantes do LDH deram a oportunidade para as mulheres violentadas no processo de parto tomarem a palavra para si ao denunciarem as opressões vividas.⁵

A vista dessas práticas o MPP reconhece o sujeito como histórico e de ação que tem a capacidade de modificar sua história, desta maneira existe neste processo fé nos sujeitos, um dos pontos essenciais para a realização da ação dialógica para transformação da realidade.

Portanto o MPP é uma liderança revolucionária que busca ajudar a população a interpretar a realidade em comunhão com a percepção teórica sobre o assunto a ser trabalhado. Mas para se realizar uma práxis autêntica é necessário ter compromisso com a mudança, sendo assim, o MPP conseguiu passar o projeto de lei na Câmara dos Vereadores e este entrou em vigor no dia 23 de setembro de 2020. Esta foi a maneira que o LDH humanos com seus participantes conseguira colocar o resultado de suas atividades em prática. Por intermédio da categoria de análises embasadas na fundamentação teórica, foi possível investigar o processo de construção do diálogo, que foi realizado de maneira horizontal, os (as) participantes respeitaram as opiniões diversas, questionaram, refletiram e procuraram meios de construir em conjunto um projeto que fosse inicialmente um meio de superação.

Neste processo houve conscientização sobre práticas que antes eram mitificadas sobre o parto humanizado, através do diálogo embasado em conhecimento científico. Assim como houve também uma troca de saberes referente a políticas públicas, sobre as denúncias que os participantes realizaram durante os encontros, sendo esse um processo de práxis autêntica, no qual ocorreu um processo de conscientização dos participantes, que resultou por fim no projeto de legislação que foi aprovado na Câmara pelos vereadores e prefeita.

No entanto, as práticas de conscientização através de ONG, do MPP, do NFRR, ainda não estão acontecendo por conta do isolamento social, pois as reuniões do LDH foram canceladas.

⁵ Link para o acesso de um dos relatos gravados das mulheres que sofreram violência obstétrica: <https://www.facebook.com/100001788798007/videos/3280703655332562/>
<https://www.facebook.com/100001788798007/videos/3280705468665714/>
<https://www.facebook.com/100001788798007/videos/3280704575332470/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escolhi este tema porque acredito na educação não escolar, pois diante desta prática de ensino existe uma troca de saberes valiosa, por ser um espaço de construção sem o peso avaliacional e institucional.

Após escolher o LDH como objeto de minha pesquisa, foi necessário aprofundar na origem deste espaço, realizando assim uma pesquisa sobre o MPP em que foi destacado a formação de sujeitos em um viés do pensamento de Marx (2007), o materialista histórico dialético, portanto, o educador Paulo Freire (1987) contempla esse conceito, sendo a referência principal deste trabalho.

Na bibliografia foi realizado uma análise sobre alguns conceitos de Marx (2007), visto que ele é a principal referência do MPP, assim como Freire é a principal referência deste trabalho, pois suas obras estão a luz dos conceitos de Marx. Assim foi mostrado que existe uma relação de seus conceitos com os de Marx. Portanto iniciamos esta parte do trabalho analisando o conceito de sujeito para Marx, visto que o MPP através do LDH busca a formação do sujeito, passando assim para a análise sobre os condicionamentos que vive este sujeito, e sobre qual perspectiva o mundo deste foi construído, buscando então uma contribuição para isso no conceito de alienação. No entanto somos sujeitos de ação, conscientes e históricos, passando a contribuir com este aspecto, trabalhando com o conceito de práxis, para assim finalizamos com o conceito de conscientização para o processo de humanização.

Nestes subtópicos foi abordado a importância e cuidados necessários que as lideranças revolucionárias têm que ter diante o processo de ensino e aprendizagem no processo de problematização e superação das contradições encontradas pelos sujeitos. Sendo esses pontos abordados nos subtópicos, utilizados como referência bibliográfica para a análise de dados, buscando assim responder ao questionamento inicial desta pesquisa, “Em que medida a prática do grupo Laboratório de Direitos Humanos implementada por esse Movimento Social adota parâmetros freireanos para realizar a formação do sujeito? ”

Sendo necessário para chegar a resposta desta pergunta, percorrer um longo percurso de leituras, pesquisa, observações, coleta de dados, análise da coleta de dados, entrevista, análise de entrevista e análise bibliográfica. Para descrever que o LDH e o MPP praticam a teoria de ação dialógica, buscando conscientização e transformação histórica, individual e social dos sujeitos da cidade de Tatuí-SP. Pois o MPP como liderança revolucionária, utiliza o LDH como síntese de cultura, que através da união aos participantes e do diálogo horizontal conseguem

juntos identificar o objeto de análise crítico da realidade a ser problematizado, para assim realizarem a desmitificação da alienação. E com a participação de conhecimento teórico, crítico e objetivo conseguem interpretar a realidade desvelando a origem da contradição e possibilitando futuras mudanças.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes - Ltda, 2000. 675 p.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

O que é o movimento popular práxis? Tatuí - SP, 30 jun. 2019. Facebook: Movimento Popular Práxis. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/movimentopopularpraxis/about/?ref=page_internal. Acesso em: 19 maio 2020.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. 124 p.

LUDKE, Mega; MARLI E. A. D. André. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 1. ed. São Paulo: E.P.U, 1986. 128 p.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boi Tempo, 2007. 616 p.

SILVA, Gabrielle. **Qual o significado da sigla LGBTQIA+?**: entenda o significado de cada letra e a sua importância para o movimento. Entenda o significado de cada letra e a sua importância para o movimento. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>. Acesso em: 24 nov. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto; SILVA, Nivaldo. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

ANEXO - A

FICHA DE PROTOCOLO DE EVENTOS E PROJETOS

Esta ficha tem o intuito de organizar e verificar a viabilidade da execução de um projeto ou evento partindo ou em conjunto com o Movimento Popular Práxis.

Após o protocolo deste documento, os responsáveis que irão analisar e terão no máximo 30 dias úteis para prestar uma devolutiva, apresentando uma resposta por escrito da decisão

Favor preencher todos os campos desta ficha, tornando o projeto ou evento mais específico possível.

Protocolar em 2 vias.

- Nome do Evento/Projeto:
Trabalho de Conclusão de Curso / Pedagogia UFSCar Campus Sorocaba
- Contato/Telefone: (15)98127-1158
- Responsáveis por este evento/projeto:
Nome: Graci Marieli Vieira de Arruda
Razão Social ou CNPJ: (CPF 390.133.438-64)
Nome do Responsável pelo Grupo: Graci Marieli Vieira de Arruda
- Objetivo Específico: Entrevista sobre a história do Movimento Popular Práxis e Observar as reuniões dos laboratórios populares.
- Objetivo Geral•

1^o. Escrever sobre a história e perspectivas do Movimento Popular Práxis

2^o. Após a leitura do texto encontrado nas redes sociais: "O que é o movimento popular práxis?" Fica claro que Movimento Popular Práxis compromete-se com a prática formativa que busca desenvolver a formação de sujeitos numa perspectiva do materialismo histórico dialético. Um dos autores que propõe formas de realizar pedagogicamente a formação dos sujeitos a luz de Marx é Freire, a pergunta que buscará responder no presente trabalho: Em que medida

a prática do grupo dos laboratórios populares implementada pela casa Práxis adota parâmetros freirianos para realizar a formação do sujeito?

- Finalidade Sociocultural:

Evidenciar o Movimento Popular Práxis de Tatuí no âmbito acadêmico.

Analisar processos de construção de conhecimento em espaços não escolares, informais.

- Finalidade Política.

Construir contribuições para a sistematização de práticas de educação popular fundamentadas na pedagogia freiriana.

- Natureza do evento/projeto:

Musical Peça de Teatro

Palestras Oficinas

Evento Curso

Outro? Especifique: Trabalho de conclusão de curso.

- Quantas vezes ocorrerá este evento/projeto? Durante as reuniões do Laboratório de Direitos Humanos.

Obs.; Caso o evento ocorra na Casa da Práxis, o Alvará do Bombeiro restringe a quantidade máxima de ocupação de 200 pessoas.

- Local do evento/projeto:

Casa da Práxis

Quais espaços serão utilizados da Casa da Práxis:

Salão obre Biblioteca

Área Externa

Outros _____

- Qual será a estrutura necessária para este evento/projeto?

Não é da natureza do projeto.

Desta estrutura o que espera ser disponibilizado pela casa da Práxis e o que espera ser disponibilizado pelo proponente?

Não é da natureza do projeto.

- Qual será a forma de divulgação deste evento/projeto?

Não é da natureza do projeto.

- Responsável pela divulgação:

Não é da natureza do projeto.

- Será utilizado equipamentos de som? Se sim, quais?

Não é da natureza do projeto.

Responsável pelos equipamentos:

Não é da natureza do projeto

- Haverá venda de bebidas, comidas, objetos e artefatos? Se sim, especificar quais são, quantidade e qual o fim lucrativo destas vendas.

Não é da natureza do projeto.

Responsável pelas vendas:

- Haverá alguma forma de dinheiro envolvido com este projeto? Caso haja será:

() Vendido anteriormente ao evento (5 reais o ingresso)

() Vendido no dia do evento

() PQP - Pague quanto puder

(x) Não

Caso haja, o evento/projeto haverá alguma ajuda sócio econômica para pessoas com baixo poder aquisitivo?

- Caso este evento/projeto ocorra na casa da Práxis, como ocorrerá a organização da limpeza após o termino deste evento/projeto?

Não é da natureza do projeto.

Guilhermina.

Responsável pelo preenchimento deste formulário ou proponent

May J. Spasandis

Responsável pelo recebimento deste formulário

ANEXO-B



Prefeitura Municipal de Tatuí

GABINETE DA PREFEITA

Av. Cônego João Clímaco, nº 140 – Centro – Tatuí-SP

Fone: (15) 3259-8400 – CEP 18270-900

I - utilizar termos depreciativos para se referir aos processos naturais do ciclo gravídico-puerperal;

II - ironizar, recriminar ou menosprezar a parturiente por qualquer característica física, social, familiar, cultural ou religiosa;

III – oferecer tratamento grosseiro que não proporcione o apoio e segurança devidos à gestante, parturiente, mulher em estado puerperal ou em situação de abortamento;

IV – advertir, insultar ou zombar da mulher por qualquer comportamento como gritar, chorar, demonstrar medo, vergonha ou dúvida;

V - ignorar as demandas da mulher relacionadas ao cuidado e à manutenção de suas necessidades básicas, exceto se tais demandas colocarem em risco a saúde da mulher e da criança;

VI – recusar atendimento à mulher;

VII - transferir a mulher para outra unidade de saúde sem que haja garantia de vaga e tempo hábil para chegar ao local;

VIII - impedir a presença de acompanhante durante o pré-parto, o parto, o puerpério e as situações de abortamento;

IX - impedir que a mulher se comunique com pessoas externas ao serviço de saúde, impossibilitando-a de conversar e receber visitas quando suas condições clínicas permitirem;

X - deixar de aplicar, quando requerido pela parturiente e as condições clínicas permitirem, anestesia e medicamentos ou métodos não farmacológicos disponíveis na unidade para o alívio da dor;

XI - impedir o contato da criança com a mãe logo após o parto, ou impedir o alojamento conjunto, impossibilitando a amamentação em livre demanda na primeira hora de vida, salvo se a mulher ou a criança necessitar de cuidados especiais;

XII - submeter a mulher ou o bebê a exames e procedimentos cujos propósitos sejam de pesquisa científica, salvo quando autorizados por comitê de ética em pesquisa com seres humanos e pela própria mulher mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;



Prefeitura Municipal de Tatuí

GABINETE DA PREFEITA

Av. Cônego João Clímaco, nº 140 – Centro – Tatuí-SP

Fone: (15) 3259-8400 – CEP 18270-900

XIII - manter algemada, durante o trabalho de parto e o parto, a mulher que cumpre pena privativa de liberdade, exceto em casos de resistência por parte da mulher ou de perigo à sua integridade física ou de terceiros.

Parágrafo único. A exceção prevista no inciso XIII será justificada por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

XIV – recusar-se a responder as dúvidas da mulher ou fazê-lo de maneira negligente ou irônica;

XV – fazer a gestante ou parturiente acreditar que precisa de uma cesariana quando esta não se faz necessária, utilizando de riscos imaginários ou hipotéticos não comprovados e sem a devida explicação dos riscos que alcançam ela e o bebê;

XVI - submeter a mulher a procedimentos dolorosos ou humilhantes sem que haja necessidade, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, posição ginecológica com portas abertas, exame de toque por mais de um profissional e realização da episiotomia quando esta não é realmente imprescindível, entre outros;

XVII – realizar a — “Manobra de Kristeller”, que consiste em aplicar pressão sobre a parte superior do ventre da mulher para facilitar a saída do bebê, sendo hoje um procedimento não recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

XIII – fazer qualquer procedimento sem, previamente, pedir permissão ou explicar à mulher, com palavras simples, a necessidade do que está sendo oferecido ou recomendado, exceto em casos de emergência em que a parturiente não se encontra consciente;

XIX – deixar de realizar o devido monitoramento do trabalho de parto por um profissional da saúde ou, após o parto, demorar injustificadamente para acomodar a mulher no quarto; e

XX – estourar a bolsa amniótica, aplicar ocitocina ou realizar qualquer outro procedimento de aceleração do parto sem que haja comprovada necessidade.

Art. 4º No atendimento pré-natal, a gestante será informada sobre:



Prefeitura Municipal de Tatuí

GABINETE DA PREFEITA

Av. Cônego João Clímaco, nº 140 – Centro – Tatuí-SP

Fone: (15) 3259-8400 – CEP 18270-900

I – os diferentes estágios do parto e as diversas práticas e intervenções utilizadas pela equipe em cada estágio, assim como os riscos e benefícios de cada procedimento, para auxiliar as mulheres em suas escolhas;

II – o direito de escolha de um acompanhante para o apoio durante o parto, conforme determinação da Lei Federal nº 11.108/2005;

III – a possibilidade de se contar com o auxílio de uma doula durante o trabalho de parto e todos os seus benefícios para a mulher e para o bebê;

IV – as estratégias e os métodos para controle da dor disponíveis na unidade, bem como os riscos e os benefícios de cada método;

V – o direito gratuito à realização de ligadura de trompas nos hospitais públicos e conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS - para os casos previstos em lei.

Art. 5º A prática da violência na assistência obstétrica, nos termos do art. 3º, sujeitará o responsável às sanções previstas em lei, podendo ele responder civil e criminalmente, assim como por infração ao Código de Ética Médica (Resolução nº 1.246/88) perante o Conselho Federal de Medicina.

Art. 6º Será objeto de justificção por escrito, firmada pelo chefe da equipe responsável pelo parto, a realização dos seguintes procedimentos:

I – administração de enemas;

II – administração de ocitocina, a fim de acelerar o trabalho de parto;

III – esforços de puxo prolongados e dirigidos durante o processo expulsivo;

IV – a amniotomia;

V – a episiotomia.



Prefeitura Municipal de Tatuí

GABINETE DA PREFEITA

Av. Cônego João Clímaco, nº 140 – Centro – Tatuí-SP

Fone: (15) 3259-8400 – CEP 18270-900

Parágrafo único: essa justificativa será anexada ao prontuário médico da parturiente, o qual poderá ser consultado por ela a qualquer momento e será entregue à mesma no momento da alta médica.

Art. 7º Ressalvada prescrição médica em contrário, será assegurado à parturiente o direito de:

I – manter liberdade de movimento durante o trabalho de parto;

II – escolher a posição física que lhe pareça mais confortável durante o trabalho de parto;

III – ingerir líquidos e alimentos leves; e

IV – contar com o auxílio de uma doula, que lhe conforte e oriente durante o trabalho de parto, sem prejuízo da presença do pai do bebê ou outro acompanhante no momento do parto.

Art. 8º A Maternidade da Santa Casa do Município de Tatuí, assim como qualquer outra instituição, de iniciativa pública ou privada, que realizar atendimento pré-natal e/ou parto no município, deverá disponibilizar um local onde as pacientes poderão deixar anonimamente as suas avaliações do atendimento, as quais deverão ser encaminhadas à Ouvidoria Geral do Município mensalmente.

Parágrafo único. Em caso de denúncia não anônima de violência obstétrica reportada à instituição, essa fica obrigada a abrir sindicância para apurar os fatos e comunicá-los ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo ou Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, sob pena de responsabilidade.

Art. 9º A Maternidade da Santa Casa de Tatuí e as instituições privadas que prestam serviços de saúde no município deverão afixar no interior de seus prédios, em local de fácil visualização da população, a relação dos atos que configuram violência obstétrica, expressos no art. 3º dessa Lei, assim como o endereço e telefone atualizados da Ouvidoria Geral do Município, do Fórum da Comarca de Tatuí, da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Tatuí e da Delegacia Regional do CREMESP (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) de Sorocaba, que abrange o município de Tatuí, orientando as mulheres a denunciarem os abusos.



Prefeitura Municipal de Tatuí

GABINETE DA PREFEITA

Av. Cônego João Clímaco, nº 140 – Centro – Tatuí-SP
Fone: (15) 3259-8400 – CEP 18270-900

Parágrafo único. As Unidades Básicas de Saúde e demais instituições públicas de saúde do município deverão permitir que entidades de proteção à mulher, à saúde, aos direitos humanos e similares realizem a afixação de cartazes com os dizeres descritos no caput em local de fácil visualização no interior de suas dependências.

Art. 10º Fica facultado ao Poder Público publicar protocolos descrevendo as rotinas e procedimentos de assistência ao parto humanizado, destinados aos médicos, enfermeiros e demais funcionários da rede pública e privada de saúde que trabalham no atendimento à gestante e realização de partos.

Parágrafo único. Materiais produzidos por instituições de proteção à mulher e à saúde dispondo sobre os direitos da gestante e da parturiente deverão ser fornecidos às mulheres que realizarem os cursos de pré-natal oferecidos pela Prefeitura

Art. 11 A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e as instituições de saúde do Município tem o prazo de 30 dias para se adequarem às suas determinações.

Tatuí, 23 de setembro de 2020.

MARIA JOSÉ P. V. DE CAMARGO
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada no átrio da Prefeitura Municipal de Tatuí, em 23/09/2020
Paulo Davi de Campos

(Ofício nº 454/AJT/CMT/20, da Câmara Municipal de Tatuí)
Autoria do Vereador: Eduardo Dade Sallum